



# 澳門特別行政區 立法會會刊

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第六屆立法會

第二立法會期（二零一八 – 二零一九）

第一組

第 VI - 46 期

VI LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2018-2019)

I Série

N.º VI - 46

**Data:** 16 de Novembro de 2018

**Início da reunião:** 15 horas

**Termo da reunião:** 18 horas e 30 minutos

**Local:** Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

**Presidente:** Ho Iat Seng

**Vice-Presidente:** Chui Sai Cheong

**Primeiro-Secretário:** Kou Hoi In

**Segunda-Secretária:** Chan Hong

**Deputados presentes:** Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Chan Hong, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Chan Chak Mo, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Mak Soi Kun, Ho Ion Sang, Chan Iek Lap, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Wu Chou Kit, Fong Ka Chio, Pang Chuan, Lam Iok Fong, Lao Chi Ngai, Lei Chan U, Lam Lon Wai, Chan Wa Keong, Leong Sun Iok e Sou Ka Hou.

**Convidados:**

Chui Sai On, Chefe do Executivo;

Chan Hoi Fan, Secretária para a Administração e Justiça;

Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças;

Wong Sio Chak, Secretário para a Segurança;

Alexis Tam Chon Weng, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;

Raimundo Arrais do Rosário, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;  
Cheong Weng Chon, Comissário Contra a Corrupção;  
Ho Veng On, Comissário da Auditoria;  
Ma Io Kun, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;  
Vong Iao Lek, Director-geral dos Serviços de Alfândega;  
O Lam, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;  
Iao Man Leng, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;  
Teng Nga Kan, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;  
Cheong Ioc Ieng, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;  
Ip Peng Kin, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;  
Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;  
Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissariado Contra a Corrupção;  
Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do Comissariado da Auditoria;  
Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;  
Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;  
Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Executivo;  
Leonel Alberto Alves, Membro do Conselho Executivo;  
Cheang Chi Keong, Membro do Conselho Executivo;  
Chan Meng Kam, Membro do Conselho Executivo;  
Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;  
Lam Kam Seng, Membro do Conselho Executivo; e,  
Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

### **Ordem do Dia:**

Respostas do Chefe do Executivo às perguntas apresentadas pelos Deputados sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2019.

### **Sumário:**

Respostas do Chefe do Executivo às perguntas apresentadas pelos Deputados sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2019.

### **Acta:**

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos iniciar a reunião. Na Ordem do Dia de hoje, os Deputados colocam as suas perguntas ao Chefe do Executivo sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2019, e este responde às questões colocadas.

Agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Chefe do Executivo, dos membros do Conselho Executivo e dos membros do Governo na reunião plenária de hoje.

Nos termos da Deliberação n.º 5/2018/Mesa, os Deputados formulam questões segundo a ordem de inscrição e só podem formular uma pergunta de cada vez, por um período máximo de dois minutos. A reunião de hoje decorre entre as 15h00 e as 18h00, e já se inscreveram 31 deputados. A reunião termina depois de o Chefe do Executivo ter respondido às questões

colocadas pelos 31 deputados. Vamos fazer um intervalo a meio da reunião.

Agora vamos dar início às questões dos deputados, Sr. Deputado Ip Sio Kai, faça o favor de colocar a sua pergunta.

**Ip Sio Kai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Chefe do Executivo,

Até finais de Setembro de 2018, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 147,5 mil milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 367 mil milhões de patacas, prevendo-se que, juntamente com o saldo orçamental de 2017, ultrapasse os 400 mil milhões de patacas. Em termos de objecto de investimento, tem se aplicado quase sempre no mercado monetário e de capitais.

Macau é uma microeconomia aberta e facilmente afectada pelas flutuações nas economias e nos mercados financeiros do exterior. Actualmente, uma série de incertezas suscitam muitos desafios para o futuro desenvolvimento económico de Macau: a entrada do Dólar americano no ciclo do aumento de juros, o agravamento das fricções comerciais entre a China e os EUA, o abrandamento do crescimento económico no Interior da China e a flutuação cambial do Renminbi.

Para fazer face às flutuações económicas, o Interior da China deu início a trabalhos para haver “estabilidade em 6 aspectos” e Macau deve responder activamente aos desafios e agarrar as oportunidades do desenvolvimento da Grande Baía. Como se pode aproveitar, plenamente, a avultada reserva extraordinária para surtir um efeito preventivo? Quanto à reserva extraordinária, será possível para o Governo criar um fundo de investimento e desenvolvimento ou um fundo de investimentos industriais?

Tendo em conta a realidade de Macau, poder-se-ia fazer os seguintes investimentos de capital: 1. Na construção de infra-estruturas eficazes de Macau com o intuito de melhorar o hardware enquanto centro de turismo e lazer a nível mundial; 2. Na revitalização dos bairros antigos e na renovação urbana para melhorar o ambiente dos bairros antigos e revigorar a sua economia; 3. Nas empresas de ciência e tecnologia potenciais e nos parques industriais da Grande Baía, na forma de ajuda mútua, para orientar as pequenas e médias empresas (PMEs) de Macau a conseguirem o desenvolvimento no exterior e a integração na Grande Baía.

Sr. Chefe do Executivo: há que aproveitar, plenamente, a avultada reserva extraordinária, para que surta um efeito preventivo, investir no futuro, e apoiar a integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía, em prol da concretização da diversificação adequada da economia de Macau, do impulsionamento do crescimento sustentável da mesma, bem como da preservação e valorização da reserva financeira. Como é que poderá ser feito?

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Ip Sio Kai.

O Governo da RAEM tem cumprido rigorosamente os princípios da “manutenção das despesas dentro dos limites das receitas” e do “equilíbrio orçamental”, procurando alcançar o equilíbrio entre as receitas e as despesas, mantendo a estabilidade financeira e aplicando adequadamente os recursos financeiros. A nossa política fundamental para o próximo ano consiste em “procurar progressão enquanto se mantém a estabilidade”, razão pela qual também nos preocupamos com o conflito comercial entre a China e os EUA, as oscilações monetárias relativamente ao Renminbi e do sistema financeiro internacional. Por outro lado, estamos a entrar num período de aumento das taxas de juros e factores incertos podem trazer-nos desafios.

Na qualidade de um destino turístico a nível mundial, também damos importância aos turistas. Os turistas são oriundos principalmente do Interior da China, Hong Kong e Taiwan, valorizamos primeiro a quantidade e segundo o seu consumo.

Estamos de acordo com os vários aspectos apresentados pelo Sr. Deputado Ip Sio Kai, tais como o investimento em infra-estruturas, a renovação urbana, a revitalização dos bairros antigos e valorizamos a integração da Grande Baía.

No que diz respeito à Grande Baía, estamos a aguardar pelo lançamento das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” (Linhas Gerais do Planeamento) e já preparámos uma série de planos. Estamos muito gratos ao Governo Central por ter permitido a participação de Macau no Grupo de Liderança, tendo sido criada uma comissão para o efeito, e após o lançamento do referido planeamento, vamos dar início a uma série de trabalhos.

Há outro ponto de vista apresentado por si que merece atenção, no futuro podemos proceder à distribuição de tarefas, sobretudo um acompanhamento por parte do Secretário para a Economia e Finanças, ou seja, agregar a participação de pessoas para trabalharem na zona da Grande Baía. Uma vez que a maior parte das empresas de Macau são PME, e se quiserem sair e desenvolverem as suas actividades na Grande Baía, é provável que necessitem de apoio sistemático por parte do Governo para entrarem na Grande Baía. Já visitámos as nove cidades que fazem parte da Grande Baía, cada uma delas tem as suas características económicas e culturais, por isso, se apoiarmos a entrada das pequenas e médias empresas na Grande Baía, é provável que a equipa do Secretário Leong tenha um grande volume de trabalho.

Já analisámos as vantagens da participação conjunta na Grande Baía, em primeiro lugar, temos um mecanismo sistemático que permite a realização de acções de formação, no sentido de alargar os conhecimentos sempre que for necessário; em segundo lugar, como sustentar essa participação mediante políticas; em terceiro lugar, em termos de recursos, como se deve usá-los para que na primeira fase os participantes possam aceder à Grande Baía. No fundo,

trata-se de um conceito novo, isto é, como é que podemos apoiar a entrada dos investidores de Macau na Grande Baía.

Claro, há duas teorias: por um lado, diz-se que nos últimos quarenta anos aquando da reforma e abertura do País, Macau desempenhou o papel de elo de ligação, mas depois de quarenta anos passou de pessoa de contacto para participante directo como investidor e operador. Neste processo, adquirimos vasta experiência e estamos confiantes.

No entanto, segundo a nossa análise, verificamos que as nove cidades do Interior da China estão a acompanhar a evolução dos tempos, sendo necessário aprofundarmos os conhecimentos sobre esse progresso. Se nos unirmos e formarmos uma força conjunta com as pequenas e médias empresas para desenvolvermos nestas nove cidades, a nossa expectativa é conseguir êxito. Pois, ao enfrentarmos algo novo, sempre sentimos que há riscos, o que é natural. Não se pode esperar que haja negócios sem qualquer risco, mas pelo menos, esperamos dar o primeiro passo para reduzir esses riscos, depois é a questão de como é que o Governo irá apoiar a entrada das PME na Grande Baía. Porque, de facto, como todos podem ver, as oportunidades de negócios são muito boas, e em termos de articulação e conectividade, alcançámos um novo patamar. Na realidade, temos grande expectativa sobre o lançamento das Linhas Gerais do Planeamento o mais breve possível para que possamos dar início a uma série de trabalhos.

Por outro lado, mencionou o Fundo para o Desenvolvimento e Investimento da RAEM, acredito que será constituído no próximo ano. Todos consultaram recentemente o Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau, que constitui também um modelo de apoio enquadrado pelo “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”. Na realidade, o que esperamos alcançar? Claro que se pretende garantir a preservação do capital, conseguir a valorização e também a saída da participação no investimento. É difícil encontrar esse tipo de parceiros, especialmente considerando que o Sr. Deputado Ip é um líder no sector financeiro e entende bem que, ao investir, há sempre riscos envolvidos. No entanto, mesmo quando os riscos existem, espera-se que sejam os menores possíveis. Além disso, uma vez que estes recursos são provenientes de reservas, é fundamental que se consiga manter e aumentar o seu valor. Pois, ao analisarmos os investimentos, deparamo-nos com muitos desafios actuais e futuros, quer adoptemos uma abordagem bastante conservadora, ou digamos uma abordagem prudente, no que diz respeito à carteira de investimentos, estamos a estudar opções mais estáveis e de baixo risco, com o objectivo de garantir que, no futuro, não teremos de enfrentar grandes riscos.

Macau sendo uma região pequena, conseguimos dispor de tantas reservas, como todos podem ver, reservas básicas, reservas excedentárias e reservas em divisas estrangeiras. Por isso, ao utilizar estas reservas, o Governo deve ser ainda mais cauteloso. Contudo, precisamos de contribuir para o desenvolvimento de Macau como um todo, especialmente a longo prazo, o que é algo que deve ser feito. No regime de reservas, está claramente estabelecido que, em situações com a ocorrência de um défice ou quando for necessário apoiar o desenvolvimento geral, as reservas deverão ser aplicadas.

Por isso, estamos a dividir o processo em várias etapas. Creio que as propostas

apresentadas hoje pelo Sr. Deputado Ip são pertinentes para a situação actual de Macau.

Esta razão prende-se com o facto de actualmente, dispormos de recursos para investimento, incluindo o apoio à construção de um Centro Mundial de Turismo e Lazer, à reabilitação das zonas antigas, ao envolvimento na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, bem como ao fundo de investimento. Por isso, quero expressar que sou muito a favor, também aguardamos com expectativa que, após a publicação oficial das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, possamos estudar com base nas suas informações detalhadas se será permitido que as PME de Macau se agremem para investir nessas nove cidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Kou Hoi In.

**Kou Hoi In:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Recentemente, o encerramento forçado de um antigo estabelecimento de comidas e bebidas com mais de meio século de actividade, devido à necessidade de restaurá-lo preservando o estilo original, atraiu a atenção da sociedade, o que creio que Vossa Excelência também já tomou conhecimento. Na realidade, casos semelhantes não se limitam a este único estabelecimento, actualmente muitas lojas tradicionais com dezenas de anos de funcionamento enfrentam este grande problema.

Desde que Macau foi reconhecida com sucesso como Cidade Criativa em Gastronomia, os serviços na área de economia e de turismo têm estado muito activos na implementação de iniciativas relacionadas, especialmente no apoio a lojas tradicionais com características próprias, demonstrando claramente o empenho e a boa vontade das autoridades competentes. Contudo, por um lado fala-se em apoiar estas lojas, por outro lado há ordens para encerrá-las, isso acaba por desmoralizar profundamente as lojas tradicionais, fazendo com que sintam que o Governo diz uma coisa mas faz outra, o que vai directamente contra o princípio de apoio que afirma defender. Claro que entendemos que os serviços governamentais actuam estritamente de acordo com a lei, mas, ao mesmo tempo em que aplicam a lei, será que também há espaço para a razoabilidade e o bom senso? Ou será possível oferecer propostas concretas e viáveis como alternativas aos comerciantes?

Sr. Chefe do Executivo, não estou a questionar a determinação do Governo em apoiar as lojas antigas. Mas, como apoiar eficazmente as lojas tradicionais para assegurar a sua continuidade e inovação é uma questão que não envolve apenas um serviço mas uma tarefa interdepartamental.

Gostaria então de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo: de que forma pode o Governo integrar esforços entre diferentes serviços para realmente apoiar estas lojas tradicionais, ajudá-las a superar as dificuldades e permitir que continuem a brilhar?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Kou Hoi In.

A respeito da questão referida há pouco pelo Sr. Deputado Kou, efectivamente tomei conhecimento do caso dessa antiga loja. Sei que recentemente o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) já teve a oportunidade para retomar as conversações com este estabelecimento, a fim de alcançar uma solução.

Na realidade, o Governo tem a responsabilidade de garantir aos consumidores um ambiente seguro, as lojas também têm o dever de ser responsáveis perante a comunidade, assegurando a segurança da vida e dos bens dos residentes. Penso que, na essência, o foco principal reside precisamente na questão da segurança. Na minha perspectiva, desde que se consiga garantir o cumprimento dos requisitos de segurança, os demais aspectos ainda podem ser resolvidos através da negociação e do diálogo. Pois, recentemente assistimos a dois incidentes graves de explosões em estabelecimentos de comidas e bebidas, envolvendo acidentes e certos tipos de materiais combustíveis utilizados nas obras de remodelação interna, representando uma ameaça à segurança dos residentes.

Por isso, também me preocupo com a questão de como preservar os produtos destas lojas tradicionais, pois tratam-se de produtos de qualidade e promovem a cultura gastronómica em Macau. Macau sendo uma “Cidade Criativa da Gastronomia”, os alimentos tradicionais e os produtos locais são dignos de serem preservados por nós. Contudo, ao mesmo tempo, como podemos garantir a sua segurança? Já tive oportunidade de dialogar com diversos serviços, sobretudo no que diz respeito a opiniões e sugestões sobre a segurança. Por exemplo, os estabelecimentos que já funcionam há várias décadas, há sempre necessidade de actualização, incluindo equipamentos, aparelhos, etc. Nesse processo de renovação, é muito importante verificar se as medidas de segurança foram devidamente implementadas. Antes de mais, devemos focar-nos em garantir que a segurança desses estabelecimentos esteja bem assegurada, sendo os demais aspectos secundários.

Muitas das leis actuais são baseadas em diplomas legais antigas, nomeadamente as de 1996, cujos padrões já não correspondem à realidade actual, questões como a ampliação de cozinhas, a instalação de fogões, colocação de dutos de exaustão, etc., tornaram-se preocupantes devido à sua segurança; e em segundo lugar tem a ver com as condições de higiene e saúde ambiental. Contudo, preocupamo-nos profundamente com as lojas tradicionais, que representam tanto a transmissão do património como a inovação, e cujos produtos são realmente dignos de ser preservados. Mas como podemos garantir a segurança e a higiene, não apenas em benefício dos clientes, como também para proteger a actividade

comercial do próprio estabelecimento?

Por isso, realizámos uma série de estudos, e tal como referiu o Sr. Deputado Kou, envolve uma abordagem interdepartamental, com a participação do IACM, do Corpo de Bombeiros, da Direcção dos Serviços de Economia e também da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes. Esperamos criar um grupo de trabalho interdepartamental liderado pelo IACM, com o objectivo de coordenar um processo de emissão de licenças num único balcão. Em especial, está previsto que o IACM inicie uma análise e estudo sistemáticos, uma pesquisa objectiva sobre a sobrevivência e o desenvolvimento destas lojas tradicionais, com a esperança de as ajudar a modernizarem-se e a evoluírem com os tempos.

Tenho grande esperança neste estudo, pois, após a sua conclusão, o principal objectivo é resolver efectivamente os problemas relacionados com a segurança e a higiene, e simultaneamente ao conseguir preservar os produtos tradicionais, isto é de extrema importância para a promoção de Macau enquanto “Cidade Criativa da Gastronomia” e para a valorização da cultura gastronómica local. Além disso, contamos com uma série de políticas e medidas de apoio às lojas tradicionais. Neste sentido, temos a expectativa de que os nossos amigos proprietários das lojas tradicionais colaborem com este estudo, para que conjuntamente analisemos a forma de criar condições favoráveis, seja no âmbito da lei ou na implementação de medidas práticas.

Também quero assumir aqui um compromisso: enquanto Governo, temos a genuína intenção de apoiar e preservar estas lojas tradicionais, tanto ao nível das políticas como dos recursos disponíveis. Contudo, peço a compreensão de todos – enquanto Governo, temos de garantir que a segurança e a higiene sejam devidamente asseguradas. Muitas das nossas lojas tradicionais enfrentam actualmente diversos problemas, já tive oportunidade de conversar com vários proprietários, um deles é a questão da sucessão: será que as novas gerações estão dispostas a continuar o negócio familiar? Outro problema prende-se com o facto de pequenas alterações nos estabelecimentos podem entrar em conflito com o actual regime jurídico, sendo consideradas infracções. Outro aspecto importante é a esperança de poder renovar e requalificar estas lojas tradicionais, modernizando-as de forma a estarem em sintonia com os tempos actuais, actualizando os equipamentos para responder melhor às necessidades dos clientes. Juntamente com isso, espera-se que os serviços competentes promovam adequadamente estas lojas para a divulgação de Macau enquanto “Cidade Criativa da Gastronomia”.

Por isso, considero que a questão levantada hoje pelo Sr. Deputado Kou merece a nossa atenção. Já conversámos com colegas de diferentes serviços sobre este assunto, e desta vez será o IACM a liderar uma análise e estudo sistemáticos, direccionados especificamente para estas lojas tradicionais. Esperamos que as suas actividades continuem a desenvolver com condições de segurança e de higiene ambiental, lancem produtos de qualidade num ambiente favorável, não só pela sobrevivência mas também pela divulgação de Macau como a “cidade de gastronomia e cultura”.

Obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose.

**Chui Sai Peng Jose:** Obrigado, Sr. Presidente.

No relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG), o Chefe do Executivo referiu, pela primeira vez, o regime fiscal que incentiva a investigação e inovação científica, o que constituiu um grande estímulo para os investigadores de Macau. De facto, desde cedo, o Governo da RAEM tem apoiado os trabalhos de inovação e criatividade, tendo criado, em 2015 o Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau. Em Outubro do ano passado, as empresas da RAEM foram encarregados para operar nesse espaço, em Outubro do corrente ano, foi aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Estado para se tornar no primeiro espaço nacional de trabalho colaborativo de inovação nas regiões de Hong Kong e Macau, o que demonstra plenamente a importância e o apoio que o Estado presta aos trabalhos de inovação e empreendedorismo de Macau, encorajando os membros do Centro e contribuindo para acelerar a integração de Macau no desenvolvimento nacional.

Embora seja a primeira geração da incubação de negócios de Macau, os nossos jovens já deram o seu contributo, tenho hoje uma boa notícia para o Sr. Chefe do Executivo, aos membros do Governo, aos senhores deputados e à população em geral. Um dos projectos dos membros do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau intitulado “Filme condutor transparente e flexível baseado em nanofios de prata”, apresentado ontem nas LAG, conquistou o primeiro lugar do “Concurso Mundial de Jovens Empreendedores Alibaba 2018”. Este projecto que contou com a participação de mais de 3000 concorrentes demonstrou com sucesso as potencialidades de Macau no palco mundial.

Recentemente, no encontro entre o Chefe do Executivo e os representantes dos jovens empreendedores de Macau, afirmou que, após ter ouvido as demandas dos empreendedores quanto a canais de investimento e financiamento, velocidade de aprovação e necessidade de espaços para o início de negócios, expressou a intenção de reforçar o apoio ao desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo local.

Gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo se pode partilhar os planos e as medidas concretas para o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo.

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas perguntas do Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose.

Em primeiro lugar, hoje ao receber esta excelente notícia e ao constatar que os nossos jovens conseguiram conquistar tão elevada distinção na competição mundial, gostaria de lhes

apresentar as mais sinceras felicitações. Simultaneamente, através das LAG deste ano, aliás, de 2019, bem como da proposta orçamental, percebe-se que a RAEM está a corresponder com o desenvolvimento impulsionado pela inovação e empreendedorismo. Ademais, o País tem criado uma ampla plataforma para a inovação e o empreendedorismo, também nós, em resposta ao apelo do Governo Central, nos empenhamos em fomentar um ambiente ideal e um clima social favorável à dupla criação de inovação e empreendedorismo, apoiando de forma activa o desenvolvimento dessas áreas em Macau.

Além de oferecer apoio ao nível das políticas, também prestamos apoio em termos de recursos. Anteriormente, tive uma boa oportunidade de interagir com um grupo de jovens e de ouvir as suas diversas opiniões sobre a forma mais eficaz de apoiar a inovação e o empreendedorismo juvenil. É visível, especialmente na fase inicial, que os jovens têm necessidade de espaço físico e de recursos financeiros, além de demonstrarem, particularmente nos últimos tempos, um forte desejo de integrarem-se no desenvolvimento das nove cidades da Grande Baía. Sair e explorar o exterior tem como objectivo promover a circulação e intercâmbio de talentos e informações, bem como permitir que os jovens se preparem e se capacitem adequadamente. Afinal, a inovação e o empreendedorismo exigem apoio, contudo, mesmo com apoio, há casos de sucesso e também há casos de insucesso.

Contudo, temos observado que os jovens de Macau têm efectivamente desenvolvido muito trabalho, sobretudo com o apoio prestado pelo Centro de Incubação, o que tem sido de grande valia para eles. Por isso, consideramos que a função do Centro de Incubação deve ser fortemente reforçada e apoiada, incluindo a disponibilização de espaços de trabalho, serviços de informação, aconselhamento por especialistas e consultores, formação profissional, oportunidades de intercâmbio, bem como orientação sobre como melhor promover os seus produtos e serviços, etc. Penso que, tal como o Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose nos questionou há pouco sobre os planos do Governo, devemos intensificar o apoio, tanto ao nível das políticas como na afectação de recursos.

Outro aspecto é a esperança de poder expandir os mercados, proporcionando aos jovens mais oportunidades. Esperamos que o mercado não seja limitado apenas ao âmbito local de Macau mas que seja alargado. Dado que o País actualmente permite que Macau se integre na estratégia do desenvolvimento nacional, temos observado que, além da construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e da “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, Macau também está a participar na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Ademais, com o lançamento das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” referido anteriormente, é-nos permitido envolver-nos proactivamente e integrar-nos no desenvolvimento económico da Grande Baía. Por isso, no que diz respeito ao empreendedorismo e à inovação enquanto força motriz para o desenvolvimento, após o lançamento das Linhas Gerais do Planeamento, devemos promover a integração dos jovens especialmente nessas áreas.

Mas, em termos gerais, através das interações e contactos com os jovens, apercebe-se que necessitam de um apoio mais robusto, pois afinal, a inovação e o empreendedorismo exigem, de facto, recursos, bem como carecem de um sistema estruturado de apoio para se

desenvolverem. É claro que gostaríamos de conseguir ultrapassar as limitações do espaço local, alargando assim o espaço disponível para a inovação e o empreendedorismo em Macau, daí que queremos dizer com “sair para fora”, sobretudo rumo à Grande Baía.

Mas ao visitar as nove cidades da Grande Baía, observamos que muitas cidades importantes desenvolveram com sucesso na área da inovação e do empreendedorismo. Visitámos diversas cidades, por exemplo, a cidade de Shenzhen e a cidade de Guangzhou que nos apresentaram muitos exemplos de sucesso sobre a inovação e o empreendedorismo. Por isso, há muitos aspectos que merecem ser tomados como referência para a aprendizagem, e ao mesmo tempo a participação dos jovens deve ser incentivada.

De um modo geral, para além de apoiar a inovação e o empreendedorismo juvenil em vários níveis, creio que a formação e a divulgação de conhecimentos contribuem para o aprofundamento do entendimento destas nove cidades. De modo que, tal como no ano passado e no corrente ano, vamos acelerar o “Programa Mil Talentos”, desenvolver algumas actividades específicas de intercâmbio no Interior da China, ou seja, o intercâmbio de inovação e empreendedorismo entre os jovens das cidades seleccionadas, proporcionando-lhes oportunidade de acelerarem o conhecimento da força motriz que levou a inovação e o empreendedorismo destas nove cidades. Porque depois das visitas de estudo que fiz, acho que há muito espaço para a aprendizagem e, ao mesmo tempo, para o progresso. Por um lado, vamos expandir o nosso mercado, por outro lado, vamos ultrapassar as limitações do espaço local, alargando a inovação e o empreendedorismo de Macau.

Quanto à questão que acabámos de referir, trata-se essencialmente de um apoio inicial, mas na próxima fase de desenvolvimento, creio que se trata de uma questão discutível, e claro que será o próximo passo. Porque depois de conseguir o primeiro passo para a inovação e o empreendedorismo, é provável que a sua expansão necessite de um maior apoio em termos de recursos, tal como o espaço, o apoio financeiro, creio que há um espaço para a negociação. Porque se apoiarmos num determinado aspecto que achamos mais importante, temos de estar preparados, por exemplo, quais são as áreas em que Macau e nós pretendemos apoiar, é um aspecto que creio que é importante. Se apoiarmos em todas as áreas, isso não é fácil, porque a inovação e o empreendedorismo envolvem muitas áreas, nesse aspecto temos de ter muito cuidado no planeamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Wu Chou Kit.

**Wu Chou Kit:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Antes de mais, gostaria de agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção e apoio dados ao sector da

construção civil e os mecanismos eficazes de longo prazo criados, que permitem ao sector mostrar as suas potencialidades e servir a sociedade.

O Governo da RAEM tem-se empenhado na promoção do desenvolvimento do sector da construção civil, em 2014, com os apoios do Governo, realizou-se um fórum de engenheiros lusófonos de alto nível, no sentido de se construir uma plataforma de cooperação do sector do Interior da China, países lusófonos e Macau. Em 2015, concretizou-se o regime de acreditação profissional, reforçando assim a qualidade profissional dos engenheiros, arquitectos, arquitectos paisagistas e urbanistas, dando-se um novo passo na ligação ao nível internacional.

Nestes últimos dez anos, com a “tomada de decisão científica” e “governo íntegro”, conseguiu-se atenuar os impactos durante a crise financeira internacional, tendo garantido essencialmente a economia, o emprego e a vida da população. Na sequência da concretização das políticas, o sector da construção civil conseguiu desenvolver-se ininterruptamente, houve progresso e crescimento no âmbito do planeamento, da concepção, da construção, da fiscalização, da operação e da gestão, e até em áreas como o exame dos materiais e a segurança no trabalho. Desde o desenvolvimento coordenado e progresso harmonioso até ao aproveitamento das oportunidades e desenvolvimento equilibrado de hoje, pode dizer-se que V. Ex.<sup>a</sup> actuou para o desenvolvimento sustentável de Macau. O Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau definido em 2011 e o Plano Quinquenal de Desenvolvimento apresentado em 2016 impulsionaram as diversas construções da RAEM, servindo de base importante para o seu desenvolvimento integral.

Macau é uma terra pequena onde predomina a microeconomia. A reconversão e a diversificação económica devem ser ponderadas numa conjuntura macro, através de uma distribuição profissional para a integração nessa conjuntura, e Macau está precisamente a passar por um período de dez anos de desenvolvimento económico acelerado.

Num momento histórico de transformação económica do Governo da RAEM, pergunto ao Sr. Chefe do Executivo: após a publicação das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, como deve Macau integrar-se no desenvolvimento nacional? Quais são as políticas contínuas que o Governo da RAEM irá implementar para apoiar a actualização e reconversão profissional local? Como essas iniciativas poderão criar pontos de encontro adequados para o País na estratégia nacional “Uma Faixa, Uma Rota”?

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Chefe do Executivo.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Wu Chou Kit.

Penso que, no contexto de Macau, temos sido bastante proactivos no que diz respeito ao desenvolvimento de quadros qualificados locais. Após a implementação da regulamentação,

os padrões de qualificação profissional tornaram-se mais rigorosos do que no passado, o que considero positivo para o sector, nomeadamente a área da engenharia, dos serviços sociais e também da medicina, onde actualmente se estão a desenvolver esforços nesse sentido. Trata-se de um progresso muito positivo. No entanto, no futuro, ao integrar-se nos governos das três regiões, será muito importante aperfeiçoar o mecanismo de reconhecimento mútuo de qualificações profissionais e alargar o âmbito de reconhecimento entre elas.

Penso que há dois aspectos que merecem especial atenção. O primeiro é a nossa integração no contexto nacional e a forma como podemos participar; o segundo aspecto, centrado em Macau, prende-se com a crescente quantidade de grandes projectos de construção e obras de grande escala na região, e a importância de uma maior participação dos profissionais locais nestes projectos. Ambos os aspectos são, na minha opinião, igualmente importantes. Em primeiro lugar, referindo dos grandes projectos de construção e obras de grande escala, penso que todos já observámos que, dentro das empresas vencedoras nos concursos públicos realizados, quantas reflectem a participação local? Isto, penso eu, é algo que merece ser estudado com atenção: que métodos devemos utilizar para aumentar a participação de locais nestes projectos?

Porque as nossas instituições de ensino superior são boas, muitos profissionais qualificados regressam a Macau após concluírem os seus estudos superiores em diferentes países e regiões, esperamos poder oferecer-lhes oportunidades para que possam aplicar os seus conhecimentos e talentos localmente, esta é uma questão que nos preocupa há longo prazo. Especialmente o Sr. Deputado Wu Chou Kit conhece certamente melhor a realidade do sector da engenharia do que eu, acho que chegou o momento certo para promovermos a participação dos locais nos grandes projectos de construção. Actualmente, em particular nos projectos governamentais, incluindo as obras de infraestrutura, a adjudicação é na sua maioria feita através de concurso público, em que as empresas concorrem para obter a empreitada. Como podemos criar condições para que os locais possam participar nas diversas fases dos projectos? Principalmente os profissionais, este é um dos aspectos.

O segundo aspecto, considero que é igualmente importante o que estamos agora a aguardar, e em relação ao qual devemos manter uma postura proactiva, ou seja, uma série de trabalhos que se seguem após a publicação das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Claro que, tal como referi anteriormente, penso que, em primeiro lugar, é extremamente necessário estabelecer um mecanismo de reconhecimento mútuo no qual as qualificações profissionais possam ser reconhecidas e validadas entre si. Este tipo de mecanismo é de fundamental importância, como Governo, iremos acompanhar de perto o desenvolvimento deste mecanismo, de modo a que, na integração na Grande Baía, surjam oportunidades de crescimento. Acredito que iremos fornecer informações sobre as vias através das quais os profissionais possam expandir a sua actuação na Grande Baía. Porque, no passado, já realizámos alguns trabalhos preparatórios e de base, pelo que mantenho uma perspectiva mais optimista quanto à participação no desenvolvimento da Grande Baía.

Mas, no geral, penso que, em Macau é bastante importante que os profissionais locais possam participar mais nas obras de desenvolvimento da própria região, e no futuro, na acção

governativa, será essencial saber como ajudar estes profissionais a darem mais um passo em frente. Na minha opinião, os profissionais de Macau após acumularem experiência, serão igualmente capazes de assumir tarefas importantes e concluir os trabalhos, o que considero uma forma de aproveitar plenamente os dois lados. Penso que o aperfeiçoamento da qualidade dos talentos, o reforço da competitividade profissional e a expansão de oportunidades de desenvolvimento são os três domínios em que o Governo deverá actuar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Lam Lon Wai.

**Lam Lon Wai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Os jovens são o futuro da sociedade e a esperança do desenvolvimento social, portanto, a questão dos jovens tem suscitado a atenção da sociedade. No relatório das LAG do ano passado, foram anunciadas três políticas prioritárias, isto é, no “Programa de visitas de jovens para a promoção do conhecimento da realidade nacional”, no “Programa de empreendedorismo e inovação juvenil na Grande Baía” e no “Programa de jovens dedicados ao combate à pobreza”. Já foram feitos muitos trabalhos para as primeiras duas políticas, o que merece o nosso reconhecimento, mas o “Programa de jovens dedicados ao combate à pobreza” não produziu grande efeito.

A meu ver, o reforço dos trabalhos nesta matéria terá impactos positivos nos jovens de Macau, elevando a sua capacidade de resistência à adversidade e, através da participação no combate à pobreza, reforça-se o intercâmbio com as pessoas das regiões apoiadas, espalhando-se, assim, energia positiva. Sr. Chefe do Executivo, como é que os referidos trabalhos serão reforçados no próximo ano? Que tipo de projectos prioritários serão lançados para encorajar os jovens a participar mais em trabalhos de combate à pobreza?

Quanto à habitação, questão que preocupa mais os jovens, segundo o relatório das LAG, há planos e políticas para o emprego, o empreendedorismo, a promoção na carreira e a expansão do espaço de desenvolvimento dos jovens, mas quase nada para a questão de terem uma casa para viverem tranquilamente. Se não tiverem uma casa para viverem tranquilamente, como poderão trabalhar com satisfação? Embora essa questão não seja a mais premente, mas vai afectar a estabilidade social. A Lei da habitação económica, presentemente em revisão, irá restringir ainda mais a candidatura dos jovens, e as novas tipologias de habitação e os planos para resolver o problema da habitação dos jovens nunca saíram da fase de discussão. Sr. Chefe do Executivo, de que medidas dispõe para os jovens terem uma casa e viverem tranquilamente?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Lam Lon Wai.

Penso que, no que respeita ao trabalho de combate à pobreza, o Governo da RAEM tem respondido de forma activa à iniciativa nacional de alívio da pobreza com precisão e à campanha para erradicar a pobreza. E com o forte apoio do Gabinete do Grupo Dirigente do Conselho de Estado para o Alívio da Pobreza e Desenvolvimento e do Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, foi definido o condado de Congjiang, na província de Guizhou, como a região destinatária deste esforço de combate à pobreza, promovendo a articulação de todos os sectores da sociedade para coordenar as acções de ajuda com as competências e vantagens de Macau.

Também temos dado forte apoio à participação dos jovens, e mais de dez associações juvenis realizaram visitas, voluntariado no ensino e actividades culturais no condado de Congjiang em Guizhou, tratando-se de actividades patrióticas e de amor a Macau significativas. Na próxima fase, através do “Plano de voluntariado juvenil para o combate à pobreza” e com base no “Acordo-Quadro de Cooperação para o Combate à Pobreza”, serão definidos projectos específicos de ajuda, realizando-se actividades de apoio de forma mais sistemática e focalizada, promovendo assim o intercâmbio entre as duas regiões.

Nos projectos de combate à pobreza, se envolvermos os jovens, devemos ter especial cuidado em protegê-los. Gostaria de partilhar que, durante o intercâmbio com o Gabinete do Grupo Dirigente do Conselho de Estado para o Alívio da Pobreza e Desenvolvimento, ficou claro que este trabalho exige, de quem o realiza, uma boa preparação psicológica e um certo grau de maturidade pessoal para poder ajudar os outros. É por isso que devemos prestar atenção aos jovens participantes. E, em segundo lugar, é especialmente o nosso desejo que os jovens participem no combate à pobreza não apenas para prestarem ajuda, mas também para aprenderem a tradição meritória de amor à Pátria e a Macau, bem como o sentimento profundo de solidariedade fraterna, em que o sangue fala mais alto em relação aos nossos compatriotas. Nestes vários aspectos, reforçaremos os nossos esforços e daremos maior ênfase para que os jovens possam assumir e transmitir de geração em geração a genuína tradição de Macau de preocupar-se continuamente com as causas do nosso país.

Macau tem uma longa história de preocupação com os assuntos do país. Quando o país enfrenta desastres ou calamidades naturais, a população de Macau movida por um sentimento fraterno e de forma espontânea, tem-se mobilizado para prestar ajuda, algo que se manifestou em múltiplas ocasiões de crise. O terramoto de Wenchuan é um exemplo disso, na altura, a população de Macau mobilizou-se de forma espontânea para as operações de socorro, e numerosos voluntários deslocaram-se ao local para prestar auxílio.

Actualmente, esperamos que os jovens se preparem e se capacitem primeiro, para depois realizarem o trabalho de combate à pobreza. Nesse sentido, concordo plenamente com a sua opinião, já elaborámos, especialmente este ano, uma série de planos que, através do “Programa Juvenil de Voluntariado para o Combate à Pobreza”, permitirão desenvolver

trabalhos de apoio no condado de Congjiang, nossa região parceira neste esforço.

Quanto à questão da habitação para os jovens, penso que todos preocupamo-nos com o problema do alojamento. Os jovens desejam ter o seu lar, após concluírem os seus estudos e ingressarem no mercado de trabalho, pretendem constituir família ou viver de forma independente, é compreensível que desejem ter uma casa própria, pois é um anseio perfeitamente compreensível. Mas falando de forma realista, a actual política de habitação pública em Macau tem como prioridade – “a habitação social tem um papel principal e a habitação económica um papel secundário” – cumprindo primeiro esse compromisso assumido. Só depois, quando houver disponibilidade de terras e recursos financeiros, é que poderemos avançar para ponderar outras questões, incluindo a viabilidade de novas tipologias de habitação pública e soluções específicas direccionadas aos jovens.

A questão da habitação para os jovens é, de facto, uma preocupação partilhada por todos. Lembro-me especialmente de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Leong On Kei já levantou por diversas vezes a problemática da habitação jovem, e também estamos bastante atentos a esta questão. Os jovens desejam ter um lar próprio, e penso que já foram apresentadas diferentes propostas, como a de “alugar primeiro, comprar depois”, em que, após arrendarem uma habitação durante um determinado tempo e atingirem a estabilidade económica, lhes seja possível adquirir a mesma unidade, proporcionando-lhes assim uma solução habitacional de longo prazo. Essas propostas, penso eu, só poderão ser consideradas após resolvermos primeiro as questões de prioridade actual, certamente que as analisaremos no futuro. Por outro lado, surge esta questão: será que os jovens precisam realmente de sair tão cedo da casa dos pais? Será necessário que vivam totalmente independente? Penso que, por vezes, há diferentes pontos de vista a considerar sobre esta questão. Não estamos contra esta ideia, mas sim a reconhecer que há diferentes perspectivas a considerar. Penso que, no futuro, após resolvermos as questões actualmente mais urgentes, iremos analisar estas possibilidades.

Aliás, o momento presente é relativamente favorável. Na apresentação da acção governativa de 2019, verificámos que os terrenos e os recursos financeiros encontram-se numa situação relativamente sólida. O que mais precisamos neste momento é de tempo para executar as políticas já definidas, nomeadamente a orientação de “tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário”, levando a cabo a série de compromissos que assumimos.

Obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Lei Cheng I.

**Lei Cheng I:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Chefe do Executivo:

Segundo a lei laboral vigente, nenhum acordo pode ser inferior aos padrões legalmente

definidos sobre, por exemplo, a remuneração, o descanso e as férias. Em Macau não há nem lei sindical nem negociação colectiva, logo, aqueles padrões são particularmente importantes, caso contrário, os trabalhadores não vão ter opção, atendendo à sua posição vulnerável na relação laboral.

Nos últimos anos, V. Ex.<sup>a</sup> tem dito sempre nos relatórios das LAG, que vai ser dada prioridade à legislação sobre a compensação dos feriados quando coincidem com dias de descanso semanal e a licença de paternidade remunerada, mas simultaneamente apresentou o mecanismo de selecção de alguns feriados obrigatórios, ou seja, uma proposta de retrocesso, vulgarmente designada por “escolha de três em quatro”, que prejudica o direito às férias dos trabalhadores. O sector laboral e os cidadãos manifestaram por diversas vias a sua oposição, mas o Governo insiste em legislar, dando assim azo a controvérsias constantes. As suas promessas governativas ainda não foram concretizadas, perante a forte oposição, o Governo veio dizer que ia enviar novamente a proposta para discussão no Conselho Permanente de Concertação Social. Os trabalhadores não aceitam esta proposta de retrocesso, e se o Governo juntar a imposição forçada desta proposta às matérias consensuais, tais como a compensação dos feriados e a licença de paternidade remunerada, impor a “escolha de três em quatro” a todo o custo, a população vai questionar para quem é que tudo isto é feito?

Sr. Chefe do Executivo, será que vai prometer aos trabalhadores que, no tempo de mandato que lhe resta, vai cumprir as promessas governativas sobre a compensação dos feriados, a licença de paternidade remunerada e o aumento da licença de maternidade, e que não vai nunca juntar estas matérias consensuais à imposição forçada da “escolha de três em quatro”, para que a revisão destas matérias consensuais não seja posta em causa.

A população está fortemente contra a proposta de “escolha de três em quatro”, em poucos dias já recebemos 12 mil opiniões contra a proposta, pois esta prejudica os padrões laborais. V. Ex.<sup>a</sup> referiu no relatório das LAG que o reforço da construção de regimes tem por objectivo salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores, acredito que terá isto em conta. Será que vai ponderar retirar a proposta da “escolha de três em quatro”, apresentando outra que realmente ajude os trabalhadores, e vai prometer aos trabalhadores que não haverá retrocesso dos padrões laborais?

Obrigada.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado Presidente, obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada Lei Cheng I.

A protecção dos direitos laborais dos trabalhadores tem sido sempre uma das importantes metas de trabalho do Governo da RAEM. O Governo tem-se empenhado incansavelmente em promover de forma activa e ordenada os trabalhos legislativos relevantes. No que diz respeito às diversas opiniões manifestadas durante o processo de revisão da “Lei das relações de trabalho”, tenho plena consciência delas. Gostaria, desde já, de assumir perante todos os trabalhadores um compromisso: a alteração desta lei não

implicará, de forma alguma, um retrocesso nos padrões laborais actualmente estabelecidos porque a protecção dos direitos fundamentais dos trabalhadores constitui uma linha intransponível.

Em segundo lugar, no que respeita às controvérsias surgidas durante a elaboração da proposta de lei, nas quais os empregadores e trabalhadores não alcançaram consenso, o Governo da RAEM apela para que ambas as partes possam, através do Conselho Permanente de Concertação Social, promover o diálogo e a negociação com base no espírito de entendimento. O Governo auscultará activamente as diversas opiniões e sugestões, garantindo que a representação dos trabalhadores no Conselho tenha espaço para expressar livremente as suas opiniões e posições. O Conselho Permanente de Concertação Social tem sido um importante fórum de diálogo e negociação entre empregadores e trabalhadores. O Governo desempenha plenamente o seu papel enquanto mecanismo de coordenação entre as três partes, promovendo que as partes envolvidas usem esta plataforma para consolidar consensos e procurar soluções viáveis que equilibrem os interesses de todas as partes.

A entidade competente apresentou a proposta de alteração à “Lei das relações de trabalho”, que actualmente ainda se encontra em fase de discussão e não foi formalmente submetida à Assembleia Legislativa, por isso estamos plenamente dispostos a escutar as opiniões. Por que razão insisto em promover a comunicação e a negociação no seio do Conselho Permanente de Concertação Social? Porque o Conselho, enquanto órgão consultivo das políticas sociais e laborais, tem sido uma plataforma de diálogo e cooperação entre o Governo, os empregadores e os trabalhadores. Desde cedo, em 1987, foi instituído através do Decreto-Lei n.º 38/87/M, e em 1997 este mecanismo foi consolidado pelo Decreto-Lei n.º 59/97/M.

No artigo 115.o da Lei Básica, também estão previstas disposições relativas às relações laborais, segundo as quais a RAEM dispõe de uma organização de concertação de carácter consultivo, constituída por representantes do Governo, das associações patronais e das associações de trabalhadores, que concretamente deu origem ao Conselho Permanente de Concertação Social. E também se aplica a Macau a Convenção n.º 144 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a consulta tripartida para a promoção da aplicação das normas internacionais do trabalho, que exige aos membros da convenção o estabelecimento de mecanismos eficazes de consulta, capazes de promover o diálogo entre o Governo, os representantes dos empregadores e os trabalhadores.

Gostaria de dizer que espero sinceramente que possamos regressar ao seio do Conselho Permanente de Concertação Social para, através do diálogo e da negociação, resolver os problemas. Considero legítimo que a parte laboral assumira uma posição firme, pois é natural que haja diferentes pontos de vista; no entanto, espero vivamente que todos possamos voltar a este Conselho para aprofundar a comunicação e a negociação sobre as questões levantadas nesta ocasião.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Lei Chan U.

**Lei Chan U:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

A “Lei das relações de trabalho” não só está relacionada com a comparticipação dos frutos de desenvolvimento pelo trabalhador, como também uma forte garantia de uma relação laboral harmoniosa, daí que a alteração dessa lei deve assentar no consenso social.

Contudo, quando o Governo apresentou previamente ao Conselho Permanente de Concertação Social os progressos da alteração da “Lei das relações de trabalho”, manteve a inclusão do mecanismo controverso da selecção de alguns feriados obrigatórios como uma prioridade de alteração, só que a escolha passou de “dez por três” para “quatro por três”. Esta abordagem e forma de revisão não só desconsideram a opinião pública, como tornam ainda mais difícil que a consulta pública cumpra o seu verdadeiro propósito. O papel positivo da “Lei das relações de trabalho” na construção de relações laborais harmoniosas, face à forte reacção da sociedade, levou o Governo a recomendar que a proposta em causa seja novamente enviada ao Conselho Permanente de Concertação Social para discussão. Esta abordagem corre o risco de prolongar o processo de revisão sem prazo definido, atrasando assim a promoção e o desenvolvimento dos direitos e interesses dos trabalhadores.

No ano passado, na apresentação das LAG, perguntei se o Governo iria fazer uma revisão geral e o aperfeiçoamento dos mecanismos para a construção de uma relação laboral harmoniosa. V. Ex.<sup>a</sup> respondeu que esta matéria ia ser analisada pelo Gabinete de Estudos das Políticas do Governo, mas com a fusão entre o Gabinete de Estudo das Políticas do Governo e o Grupo de Trabalho de Assuntos do Interior da China foi criada a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, sendo os respectivos responsáveis diferentes. Assim, Sr. Chefe do Executivo, essa fusão de serviços e alteração dos responsáveis irá afectar os estudos sobre a relação laboral harmoniosa? Que princípios ou critérios serão seguidos pelo Governo, e que medidas serão tomadas nesses estudos para os seus resultados reflectirem a realidade de Macau? Depois de um ano, quais são os progressos substanciais e os resultados alcançados?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Presidente, obrigado pelas questões do Sr. Deputado Lei Chan U.

Uma boa relação social e laboral é fundamental para garantir a harmonia e a estabilidade da sociedade, a criação de um ambiente favorável constitui um dos nossos importantes objectivos de trabalho. Tal como referi há pouco, em resposta à pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Lei Cheng I, já foi prestada uma explicação sobre esta matéria.

Gostaria de complementar a posição do Governo. Em primeiro lugar, no que diz respeito a uma questão social fundamental que afecta milhares de famílias, é normal que as partes patronal e trabalhadora tenham opiniões diferentes, e deve ser permitido que expressem as suas posições e participem no debate; em segundo lugar, no processo legislativo, qualquer questão que envolva relações laborais deve ser resolvida mediante negociação, diálogo e a busca de consenso. As relações laborais são, em essência, acordos entre empregadores e trabalhadores, pelo que ambas as partes devem ter em consideração os interesses legítimos uma da outra. Em terceiro lugar, quando as partes patronal e trabalhadora enfrentam dificuldades em alcançar consenso, espera-se que as divergências não sejam ampliadas. O Governo deseja manter relações laborais harmoniosas e não pretende que surjam conflitos de interesses entre empregadores e trabalhadores, nesse sentido, deverá ser aproveitado o papel do Conselho Permanente de Concertação Social para ouvir as opiniões das representações de ambas as partes, promovendo a coordenação tripartida entre Governo, empregadores e trabalhadores, incentivando o diálogo nesta plataforma com o objectivo final de alcançar um consenso.

O Governo que presta serviços públicos e formula políticas públicas, deve necessariamente partir do interesse geral na ponderação e definição das suas políticas. Perante as disputas laborais, o Governo tem os seus princípios e posição fundamentais: proteger ao máximo os direitos e interesses dos trabalhadores, ponderar de forma equilibrada as legítimas preocupações da parte patronal, e envidar todos os esforços para manter e preservar a estabilidade e a harmonia nas relações laborais. Deve-se aperfeiçoar e reforçar o sistema de normas laborais, regular o funcionamento do mercado de trabalho, aprimorar o mecanismo de coordenação das relações laborais e privilegiar a via negocial como primeira opção para resolver conflitos e disputas entre empregadores e trabalhadores.

No ano passado, durante a sessão de perguntas e respostas sobre as LAG, afirmei que o Gabinete de Estudo das Políticas realizaria um estudo especializado sobre as questões das relações laborais. Actualmente, a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional está a conduzir activamente um estudo sobre os problemas fundamentais das relações laborais na sociedade moderna, as características das relações laborais em Macau e a definição de políticas. Na verdade, já no terceiro Governo foram iniciados estudos com base nos referidos três princípios fundamentais, tendo o Gabinete de Estudo das Políticas concluído o estudo sobre mecanismos plurais de resolução de disputas, incluindo a criação de um mecanismo diversificado para o tratamento de controvérsias laborais.

Do ponto de vista processual, destaca-se a combinação entre a mediação obrigatória e a mediação voluntária, formando um mecanismo tripartido composto pelo órgão administrativo e pelas partes patronal e trabalhadora. Além disso, está a ser feito um estudo sobre a resolução de possíveis disputas laborais decorrentes da cooperação regional. Perante as mudanças e desafios trazidos pela construção da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional está a aprofundar e intensificar os estudos relevantes. Quando os referidos estudos estiverem concluídos, divulgaremos, oportunamente, os seus resultados junto da sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Leong Sun Iok.

**Leong Sun Iok:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Em Macau os recursos de terrenos são raros, devido ao grave açambarcamento de terrenos no passado, muitos não foram aproveitados ao longo dos tempos, afectando o desenvolvimento social.

Em 2011, o Governo anunciou que ia recuperar dezenas de terrenos desaproveitados, mas a recuperação tem sido demorada durante estes anos. V. Ex.<sup>a</sup> referiu no relatório das LAG deste ano que a legalidade da recuperação dos terrenos pelo Governo é um acto administrativo confirmado pelos órgãos judiciais. Mas a sociedade não pode deixar de questionar, se a acção do Governo de recuperar terras é legal, por que razão o progresso é tão lento? Uma das dúvidas da sociedade tem a ver com as diferenças nos trabalhos de recuperação dos terrenos desaproveitados. Por exemplo, veja-se os casos em que a concessão expirou ao fim de 25 anos. No caso do Pearl Horizon, que envolve milhares de proprietários, a recuperação foi efectuada mal expirou o prazo, mas em relação a alguns terrenos, depois de ter expirado o prazo da concessão, nada se fez durante meses, aliás, só depois de apelos constantes é que foi declarada a caducidade. Existem também outros casos de terrenos desaproveitados, tais como o antigo projecto do parque temático do mundo oceânico, cuja concessão foi há 20 anos. O Governo admitiu, há anos, que o prazo de aproveitamento deste terreno já tinha expirado, mas o processo de recuperação de terrenos já dura vários anos e ainda não foi concluído, parece que não foi dado qualquer acompanhamento proactivo.

V. Ex.<sup>a</sup> no relatório das LAG tem enfatizado constantemente que a recuperação de terrenos visa uma gestão rigorosa e uma utilização racional dos recursos, no entanto, esta prática parece contradizer tal política. Esses terrenos permanecem abandonados durante longos períodos, causando um grave desperdício de recursos sociais e prejuízo ao interesse público. Afinal, em que etapa ocorreram os problemas?

Além disso, segundo o relatório das LAG deste ano, vão ser efectuados estudos sobre a “Lei de terras”, e os autos relativos aos terrenos em que a caducidade da concessão já foi declarada vão ser entregues ao CCAC para análise. Sr. Chefe do Executivo, qual é o objectivo disto? É investigar e punir os membros do governo que terão violado as disposições respectivas? Ou para reforçar e aperfeiçoar a fiscalização e a gestão da concessão de terrenos? Gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, será que estas práticas vão resultar na libertação de terrenos cujas concessões já foram declaradas caducadas?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Leong Sun Iok.

Os terrenos são um recurso não renovável e extremamente precioso em Macau. Segundo a “Lei de terras”, o Governo da RAEM é responsável pela gestão desses recursos dentro da região. O Governo da RAEM mantém a gestão conforme a lei, aplicando as disposições da “Lei de terras” para gerir de forma rigorosa e utilizar racionalmente os recursos de terras.

A actual “Lei de terras” entrou em vigor em Março de 2014, desde então o Governo da RAEM tem cumprido e aplicado rigorosamente a lei. Nos últimos anos, perante casos em que os prazos de concessão temporária de terrenos chegaram ao fim e os concessionários não cumpriram as condições estabelecidas nos contratos para a sua efectiva utilização, o Governo da RAEM procedeu, em conformidade com a “Lei de terras”, à declaração judicial de caducidade. A declaração de caducidade das concessões de terrenos deve ser realizada nos termos de um processo administrativo específico. Dado que cada terreno não desenvolvido após o prazo estipulado apresenta situações distintas, e os contextos variam de caso para caso, os problemas enfrentados durante o tratamento e o tempo necessário para a sua resolução também diferem significativamente.

Além disso, caso os concessionários não concordem com a decisão, podem recorrer ao processo judicial para contestar a decisão do Governo de recuperar os terrenos. Embora o procedimento de recuperação exija um período de tempo considerável, até Setembro deste ano já foram emitidos 73 despachos declarando a caducidade das concessões, abrangendo uma área total de 530 mil metros quadrados.

A sociedade manifesta, de facto, opiniões divergentes quanto à prática do Governo em declarar a caducidade de terrenos cujos prazos expiraram sem utilização. Tem sido levantada a necessidade de considerar a questão da responsabilização por atrasos na utilização dos terrenos, o que reflecte que auscultamos as diferentes vozes expressas pela sociedade. Os serviços competentes do Governo, em particular a Secretaria para a Administração e Justiça, realizaram estudos e análises aprofundadas sobre as opiniões da sociedade e as questões levantadas, tendo já trabalhado nesta matéria durante um período considerável.

Com base nesta análise, determinei que o CCAC procedesse a uma análise global dos processos relativos aos terrenos já declarados caducados, com o objectivo de apresentar uma proposta abrangente e recomendações para aperfeiçoar a fiscalização e a gestão das concessões dos terrenos. Isto deve-se ao facto de o CCAC, enquanto órgão responsável pelas queixas administrativas, deter competência para realizar uma revisão institucional independente sobre matérias relacionadas, e submeter recomendações ao Chefe do Executivo. No futuro, estes resultados também serão tornados públicos, pelo que não há motivos para preocupação, e o CCAC apresentará directamente as suas propostas a mim.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e caros colegas:

Com a abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, a Rotunda da Amizade passou a ser o único elo entre a Zona A dos Novos Aterros e a Ilha Fronteiriça Artificial, e o conseqüente agravamento do trânsito entre as Portas do Cerco e a Pérola Oriental afectando a ligação entre aquelas e a Ponte da Amizade e também, em situações graves, as vias principais como a Avenida do Nordeste e a Avenida 1 de Maio. A sociedade tem exortado o Governo a melhorar o trânsito na Pérola Oriental. O Governo chegou a planear vias para fazer a ligação a partir da Zona A à Zona E1, Zona B, Rua dos Pescadores e Terminal Marítimo do Porto Exterior.

Em Novembro do ano passado, o Governo afirmou que ia construir na margem norte ao longo da Avenida Norte do Hipódromo e Avenida da Ponte da Amizade um terminal de autocarros, um terminal multimodal e um parque ecológico. Porém, até agora, esta zona, enquanto entrada em Macau, não deixa boa impressão nos turistas e provoca descontentamento à população devido aos engarrafamentos. A rede rodoviária tem mesmo de ser alargada, e o Governo, finalmente, apressou-se a divulgar o início do estudo e projecto, a concluir no prazo de 120 dias, para melhoria do trânsito na Rotunda da Amizade, além disso, o terreno do Pearl Horizon será aproveitado para atenuar a pressão do trânsito durante as obras. Tudo isto demonstra falta de visão e coragem do Governo.

Sr. Chefe do Executivo: qual é o ponto de situação do estudo? Quando é que o projecto do terminal multimodal vai ser divulgado? Quando será concluída a quarta ponte marítima entre Macau e Taipa, a linha oriental do Metro Ligeiro e as demais vias de acesso externo à Zona A dos Novos Aterros?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado pelas perguntas do Sr. Deputado Ho Ion Sang.

O Governo atribui grande importância às prementes solicitações dos residentes no melhoramento dos problemas de trânsito, em especial na Zona Norte. No âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Urbano e do Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas a médio e longo prazo, foram realizados estudos e planeamentos para a melhoria do trânsito, incluindo a criação de um centro intermodal junto ao Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e a melhoria das condições de trânsito na Zona Norte.

Tendo em conta a abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, a Rotunda da Amizade tornou-se temporariamente a única via de ligação entre o posto fronteiriço da ponte e a área urbana de Macau, o que efectivamente tem gerado um trânsito congestionado na zona. Face a esta situação, o Governo da RAEM adoptou as seguintes medidas específicas:

Os serviços competentes estão a estudar a construção de uma ponte pedonal e viária para melhorar o trânsito na rotunda, com a consideração inicial de erguer uma ponte viária que ligue a Avenida do Nordeste, a Avenida da Amizade e a Zona A dos Novos Aterros, com o objectivo de desviar o trânsito. Paralelamente, já está previsto que um dos pontos de acesso da ponte viária seja localizado no terreno de Pearl Horizon.

Serão elaboradas medidas de emergência para fazer face a acidentes de congestionamento de trânsito súbitos, incluindo a reserva de cruzamentos para abrir a via junto à Rua 1.º de Maio próximo à Avenida da Ponte da Amizade e a implementação de controlo de semáforos com o objectivo de aliviar a pressão do trânsito.

O terminal de autocarros das Portas do Cerco será posto em funcionamento o mais rapidamente possível, ao mesmo tempo que será optimizado o ambiente de estacionamento na Zona Norte e será realizada a reorganização do congestionamento em várias vias, de modo a melhorar a capacidade de escoamento do trânsito na zona.

Quanto à pergunta que o Sr. Deputado Ho fez há pouco, segundo as informações obtidas, o plano deverá ser submetido brevemente ao Conselho Consultivo do Trânsito, e depois disso espero que através de um processo de tratamento prioritário e urgente, as obras possam ser iniciadas o mais rapidamente possível.

Relativamente à quarta ligação Macau-Taipa, o Governo já submeteu o relatório correspondente ao Governo Central e obteve a aprovação em Abril deste ano. Entretanto, foi concluída a fase de recolha de opiniões sobre a versão preliminar do projecto final da quarta ponte marítima, tendo já sido finalizado o projecto definitivo. O plano é iniciar o procedimento do concurso público até ao final do ano e as obras começarem ainda em 2019.

Penso que todos sabem que, após a abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, precisamos de um período de tempo para observar o fluxo de tráfego na ponte. Acredito que, neste momento, já está aberta há cerca de três semanas. Gostaria de pedir um pouco mais de tempo – não será longo, será muito curto – para que possamos analisar e ajustar o plano sobre como orientar e aliviar o trânsito de forma eficaz. Mas todos podem ver que a ponte tem, de facto, o seu atractivo: por um lado, pela necessidade de transporte, por outro, pelo turismo, e ainda pelo próprio apelo da estrutura da ponte. Como se pode observar, especialmente entre os governos de Macau e Hong Kong, o volume de tráfego ainda não aumentou significativamente, por isso após o período de observação, penso que os governos das diferentes regiões irão discutir e coordenar esta questão.

**Presidente:** Obrigado Sr. Chefe do Executivo, Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, faz favor.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e caros colegas:

Em primeiro lugar, é necessário sublinhar que o apoio aos grupos vulneráveis é algo em que, em Macau, ninguém se opõe. Assim sendo, uma série de medidas de assistência, como o índice mínimo de subsistência, a comparticipação pecuniária, o apoio aos idosos e às famílias monoparentais, são abordagens positivas. Contudo, o problema reside no facto de que, apenas distribuir dinheiro pode não resolver efectivamente os grandes desafios futuros, como a questão de monopólio.

Na realidade, enfrentamos situações de monopólio no sector de legumes, cuja inspecção e quarentena só é realizada num único local, além do mercado da carne e do combustível. Sr. Chefe do Executivo, o preço de uma botija de gás subiu de 206 patacas em Maio para 234 patacas em Novembro, um aumento de 13,5%, enquanto os salários não conseguem acompanhar esta subida. Por isso, cada vez mais pessoas estão a viver em Zhuhai e a atravessar a fronteira das Portas do Cerco para comprar mantimentos, frutas e legumes. Esta situação, Sr. Chefe do Executivo, deve-se ao facto de Macau ainda não possuir uma lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor, nem uma lei de concorrência justa. Perante esta situação, ao transmitir este problema ao próximo Chefe do Executivo representará, acredito, um grande desafio.

Por outro lado, a “Lei de terras” atribui ao Chefe do Executivo a competência para ordenar imediatamente a construção de alojamentos destinados a agentes da polícia e a outros trabalhadores da função pública.

E ainda, no ano passado o estatuto e as normas referente aos titulares dos principais cargos foram mencionados nas LAG, mas este ano não houve referência sobre o assunto. Quanto à questão das sanções, gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se, durante este mandato, está prevista alguma alteração ao estatuto e às normas referente aos titulares dos principais cargos, de modo a que a responsabilização dos altos cargos possa ser concretizada.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

Gostaria de referir, em primeiro lugar, que o Governo manifesta grande preocupação com a questão da habitação dos trabalhadores da função pública. Temos plena consciência das condições do mercado privado, pelo que, nos últimos anos, foram adoptadas diversas medidas, como o aumento do subsídio de residência, a abertura de mais habitações do governo para arrendamento mediante concurso, bem como a implementação do sistema de atribuição de habitações para arrendamento a trabalhadores da função pública. A mais recente

ronda de concursos foi concluída em 2018. A Secretária Chan Hoi Fan já está a realizar estudos sobre os alojamentos dos trabalhadores da função pública e já apresentou propostas ao Governo de aumentar a oferta desses alojamentos. Em particular, há a preocupação com as forças de segurança, nesse sentido, consultei um documento referente à discussão na especialidade em comissão de trabalho da Assembleia Legislativa, no qual foi abordada a questão dos alojamentos destinados aos membros das forças de segurança no âmbito da respectiva legislação.

Mas não compreendi totalmente o que o Sr. Deputado Pereira Coutinho referiu há pouco sobre o problema das botijas, talvez não tenha percebido bem. Quanto ao gás de petróleo liquefeito, vou prestar atenção a esta questão, está bem? Porque neste momento não tenho acesso aos dados específicos. Porque sei que o Secretário Leong Vai Tac já se comprometeu a tornar público os dados relativos ao preço de importação ao gás, pois enquanto consumidores, temos o direito de conhecer essas informações para poder analisar previamente os preços, irei aprofundar este acompanhamento.

Quanto à lei da defesa do consumidor e a lei da concorrência a que se referiu, iremos analisar essas matérias. Penso que o progresso de uma sociedade exige a protecção dos consumidores e a garantia de uma concorrência justa, e estas questões serão estudadas pelos serviços competentes da área da justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Zheng Anting.

**Zheng Anting:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Desde o retorno à Pátria, apesar dos avultados saldos orçamentais trazidos pelos elevados lucros e receitas fiscais da indústria do jogo, Macau também tem sido afectada pelos elevados níveis da taxa de inflação e dos preços dos produtos, resultando numa carestia de vida para a população.

Quando o Governo lançou, em 2008, o Plano de Participação Pecuniária com o objectivo de combater a inflação, referiu que o montante atribuído iria variar conforme a situação da economia, da inflação e dos saldos orçamentais do Governo. Depois de o montante desse plano ter sido aumentado de 8 mil patacas em 2013 para 9 mil patacas em 2014, apenas ontem, o Governo é que anunciou que o montante para 2019 será aumentado para 10 mil patacas.

Pelo relatório das LAG divulgado, verifica-se que, para além da participação pecuniária, diversos subsídios sociais também foram aumentados. Naturalmente, os

residentes ficam satisfeitos, mas também manifestam preocupação quanto à continuidade destas medidas e à capacidade do Governo em suportar um nível tão elevado de despesas.

Sr. Chefe do Executivo, até o final deste ano, as reservas financeiras da RAEM totalizavam 550 mil milhões de patacas, e as reservas extraordinárias atingiram 407 mil milhões de patacas. Como é que o Governo irá aplicar de forma racional essas reservas extraordinárias para investimentos que permitam a sua valorização? Por exemplo, será que vai aumentar o investimento no desenvolvimento da Grande Baía, para aumentar a sua taxa de retorno e melhorar os saldos financeiros? Assim, com essa rentabilização das reservas financeiras, pode-se criar mecanismos de longo prazo para distribuição dos recursos no âmbito da comparticipação pecuniária e da assistência social, para que a população seja beneficiada directamente com o desenvolvimento.

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Zheng Anting.

A comparticipação pecuniária referida há pouco, constitui uma das medidas através das quais o Governo da RAEM promove a construção conjunta e a partilha de benefícios e os frutos do desenvolvimento económico com os cidadãos. Em 2017, registámos uma reserva extraordinária de 40 mil milhões de patacas, o que nos permitiu aumentar o montante da comparticipação pecuniária.

Concordo plenamente com o que referiu há pouco sobre a utilização das reservas. Na criação do sistema de reservas financeiras, estabelecemos as reservas básicas e as reservas extraordinárias; além disso, dispomos ainda de mais de 150 mil milhões de patacas em reservas cambiais. Dentro destas várias reservas, a que pretendo utilizar mediante proposta à Assembleia Legislativa é a reserva extraordinária. Ao mesmo tempo, mantemos o valor dessa reserva num nível de 1,5 vezes o orçamento anual, como todos sabem, em caso de imprevistos no orçamento, défice financeiro ou necessidade de financiar projectos de desenvolvimento, podemos recorrer a esta proposta de utilização da reserva extraordinária para aplicar esses fundos.

Perguntou há pouco sobre a possibilidade de investirmos na Grande Baía, já tinha mencionado brevemente que a cooperação entre Macau e Guangdong já foi iniciada, concretamente através de um investimento conjunto de 20 mil milhões de patacas. As condições deste investimento são bastante favoráveis, garantindo a preservação do capital, rendimento fixo e um mecanismo de saída.

Estamos a procurar investir na Grande Baía, e neste momento aguardamos duas condições: primeiro, a publicação das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau; segundo, a nossa equipa

também está em contacto com as nove cidades para identificar oportunidades de investimento. Porque podemos verificar que a cooperação entre Macau e Guangdong já constitui um modelo, e que a colaboração tem sido bastante positiva. Dado que Macau e Guangdong contam com o “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, todos os anos definimos conjuntamente os projectos a serem discutidos e desenvolvidos.

Após a divulgação das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, manteremos uma atitude bastante aberta no sentido de, através das consultas com as nove cidades, integrar-nos nos planos de cooperação em múltiplos domínios e participar em iniciativas de investimento. Já temos investimentos em curso no âmbito desta cooperação, como se pode verificar em Zhuhai e em Zhongshan. Recentemente, também iniciámos discussões com Jiangmen, que apresentou boas propostas e manifestou o desejo de reforçar a cooperação com Macau, especialmente em projectos de investimento de longo prazo, contando ainda com recursos significativos em termos de terrenos.

Por isso, no futuro, a Grande Baía representará uma possível área onde poderemos intensificar a cooperação. Contudo, continuaremos a ser muito cuidadosos na utilização das nossas reservas extraordinárias, pois a cooperação actual com Guangdong tem sido relativamente sólida, como se pode verificar, assegura a preservação do capital, oferece rendimento garantido e dispõe de um mecanismo de saída, o que a torna uma opção prudente e segura. Estamos plenamente dispostos a avançar.

Em relação à reserva extraordinária, todos sabem que também temos de investir no desenvolvimento económico. Por um lado, na região de Macau, tal como referi há pouco na resposta ao Sr. Deputado Ip Sio Kai. Por outro lado, a forma como nos integramos na Grande Baía é, na minha opinião, extremamente importante. É evidente o forte apoio do país à integração de Macau na grande estratégia de desenvolvimento nacional, especialmente nas recentes declarações do Presidente Xi Jinping, foi claramente afirmado que as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau devem integrar-se plenamente nesta estratégia nacional. Por isso, tanto a iniciativa de “sair para o exterior” como a de “atrair para dentro” são importantes para serem desenvolvidas. Por isso, não só esperamos poder investir na “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, como também desejamos que a Grande Baía invista em Macau. Este desenvolvimento em dupla via é mutuamente benéfico para todas as partes envolvidas. Concordo plenamente com a sua sugestão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Sou Ka Hou.

**Sou Ka Hou:** Chefe do Executivo:

Costumamos falar frequentemente sobre a importância do princípio “Um país, dois sistemas”. Hoje gostaria de abordar a questão de “Uma sala, dois quartos”.

O valor de 10 mil patacas anunciado no relatório das LAG é algo em que, creio, a maioria não se opõe. Contudo, como durante o seu mandato não foi estabelecido um mecanismo duradouro para a comparticipação pecuniária, fica a dúvida sobre se o próximo Chefe do Executivo deverá ou não continuar com a medida – o que coloca o sucessor numa posição difícil. Gostaria de referir o seguinte: com 10 mil patacas em Macau, o que se pode fazer? Pode-se comprar um pé quadrado de imóvel, ou pagar o aluguer de um apartamento por pouco mais de um mês.

A questão da habitação para os jovens é extremamente grave. Actualmente, o rendimento mensal mediano da população local é de 20 mil patacas, enquanto o preço mais recente dos imóveis situa-se em 103.000 patacas por metro quadrado, ou seja, mais de dez mil patacas por pé quadrado. Isto significa que, com cinco meses de salário, conseguimos comprar 10 pés quadrados de habitação privada. O relatório das LAG afirma que se preocupa e compreende bem as necessidades reais dos jovens. Mas qual é, afinal, a necessidade concreta dos jovens? É precisamente a questão da habitação. V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que os jovens de Macau estão numa “zona de conforto”, mas quero afirmar com toda a clareza: perante o problema da habitação, os jovens de Macau estão, na verdade, a viver numa situação de profunda dificuldade – como estivessem imersos em “águas profundas e chamas”.

Esta questão pretende chamar a atenção para o facto de que, no relatório das LAG não é mencionado que medidas o Governo da RAEM tem previstas para enfrentar o problema dos preços e rendas imobiliárias excessivamente elevados. Quando questionámos o Secretário para a Economia e Finanças, este respondeu que, na ausência de aumento na oferta de habitação, mesmo com a aplicação de medidas para arrefecer o mercado imobiliário, os preços dos imóveis continuarão a subir implacavelmente. Depois, quando perguntámos ao Secretário para as Obras Públicas, este respondeu que não haverá oferta de habitação a curto e médio prazo. Então, como ficamos? Os dois secretários estão aqui, o senhor também está aqui – e os nossos jovens, o que será deles?

Além disso, já foi prometido que haveria novas tipologias de habitação pública. No entanto, durante o mandato do Chefe do Executivo, nem sequer foi iniciado um único projecto de alojamento para jovens e o regime de “alugar primeiro, comprar depois”. Nem sequer foi feito o planeamento, há dias, o Secretário afirmou que, nesta fase, o projecto foi completamente abandonado. É isso verdade? Isto é como deitar um balde de água fria em cima dos jovens. Quero dizer claramente: os jovens não esperam chegar no topo de um momento para o outro, mas sim ter uma perspectiva visível de acesso à habitação. Se o Governo da RAEM deixar uma enorme bomba-relógio para o próximo governo, isso será profundamente irresponsável.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado pelas perguntas do Sr. Deputado Sou Ka Hou. Vou tentar responder à questão explorando vários aspectos.

Penso que a comparticipação pecuniária para todos os residentes é uma forma de partilhar os frutos do crescimento económico, realizada quando, após a avaliação inicial do

orçamento anual, o Governo verifica que houve excedente. Esta medida constitui uma das formas de distribuição desses resultados económicos.

Quanto ao preço dos imóveis, já me pronunciei por diversas vezes, considero que os preços estão elevados, e actualmente considero que... relativamente à questão de saber se a comparticipação pecuniária deverá ser mantida pelo próximo governo, gostaria de indicar dois aspectos: primeiro, no próximo ano vamos estabelecer um sistema formal de excedentes; segundo, a comparticipação pecuniária só ocorre quando, findo o exercício financeiro, houver excedente, por isso não se trata de um benefício garantido, a partilha dos frutos económicos depende da existência de excedente.

Quanto à habitação, considero que, no tempo actual, especialmente durante o mandato deste Governo, temos envidado grandes esforços para actuar. O Secretário Raimundo Arrais do Rosário quis explicar as acções que são viáveis neste mandato, mas relativamente ao planeamento que mencionou, a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional também já está a realizar os estudos respectivos. Penso que ambas as vertentes não são contraditórias, desde que haja uma clarificação por parte dos envolvidos. A atitude expressa pelo Secretário Raimundo – aquilo que podemos fazer dentro deste mandato –, na minha opinião está alinhada com a sua posição. Ele não pretende transferir para o próximo governo as obrigações que possam ser assumidas neste mandato. Contudo, é possível realizar o planeamento básico para analisar como avançar no futuro.

Gostaria de esclarecer, em primeiro lugar, que a expressão “alguns jovens de Macau estão na zona de conforto” foi uma opinião que ouvi, e não corresponde à minha avaliação pessoal de que todos os jovens de Macau vivem em conforto ou despreocupação. Penso que os jovens são um grupo muito diverso. Há jovens que se dedicam intensamente aos estudos, há outros que seguem interesses diferentes e trajectórias próprias. Além disso, no que diz respeito aos jovens de Macau, considero que, em termos gerais, as condições básicas que a sociedade lhes proporciona são de facto significativas. Temos uma educação gratuita de quinze anos, e mais de oitenta e cinco por cento – se não estou em erro, até perto de noventa por cento – dos jovens conseguem ingressar no ensino superior. Desde que o jovem esteja disposto, é possível concluir o ensino superior, seja através de empréstimos, bolsas de estudo ou subsídios. Ao ingressar na sociedade, observo que os graduados das instituições de ensino superior de Macau possuem uma forte capacidade de empregabilidade.

Claro que os jovens de hoje expressam o desejo de ter uma casa estável. Penso que, no plano a longo prazo, ao olharem para o seu futuro e ao fazerem o seu planeamento de vida, é natural que aspirem a ter um lar próprio. Quem é que não gostaria disso? A geração anterior conseguiu, após muitos anos de esforço, adquirir uma casa própria. Hoje, com a mudança das condições económicas – e reconhecendo que a situação em Macau é agora mais folgada e próspera do que no passado –, é perfeitamente normal que os jovens aspirem a ter um lar.

Falando mais francamente, falo muitas vezes com o Secretário Raimundo, e há uma frase dele com a qual concordo plenamente: “Qual é o jovem que não quer namorar e ter um espaço próprio?” Isso é perfeitamente normal. Os jovens, depois de concluírem os estudos, querem ter um lugar próprio – mas, tendo em conta a realidade do nosso ambiente em Macau,

é um facto que, nos últimos anos, envidámos os maiores esforços para procurar terrenos. Actualmente, acreditamos que a questão de terrenos pode ser resolvida, e dispomos igualmente da capacidade financeira necessária, o que temos agora é um desafio de tempo.

Hoje, foram expressas muitas opiniões e escutei atentamente todas elas. Espero sinceramente que possamos estabelecer um plano, tal como foi manifestado nas intervenções de todos – um plano que possamos actuar. Quanto às propostas de lei já apresentadas na Assembleia Legislativa, e sobre os quais foram manifestadas diversas opiniões, creio que, aquando no debate na especialidade no seio da Comissão, o Governo pode auscultar mais opiniões de todos, mantendo uma atitude aberta e receptiva. Isso inclui questões que muitos gostariam de analisar, como a idade, a eliminação das filas de espera, a forma como os dados devem ser armazenados, e se essas informações poderão ser úteis no futuro.

Ao longo dos meus anos de serviço, considero que, especialmente este ano, os dados estatísticos – quer em termos de terrenos, quer de recursos financeiros – colocam Macau numa posição favorável para construir um futuro promissor e um lar. Contudo, quanto à expectativa de resultados imediatos, o Governo tem sido muito claro e transparente. É por isso que o Secretário Raimundo afirmou francamente quais são as acções que podem ser concretizadas dentro do mandato actual.

Concordo plenamente, como já afirmei por diversas vezes, que os preços dos imóveis privados estão elevados. No entanto, o Secretário Leong também tem uma tarefa muito difícil. Se lhe pedem para aplicar medidas de “arrefecimento do mercado imobiliário”, a questão é: quando? Ontem, na conferência de imprensa, já disse que estamos a acompanhar de perto o mercado imobiliário. Se os preços subirem acentuadamente, estamos prontos para actuar a qualquer momento. No entanto, não podemos anunciar previamente que vamos aplicar medidas, porque poderá gerar impacto no mercado, por isso, em momento oportuno e conforme a evolução da situação, caso os preços se agravem, recorreremos às medidas para estabilizar o mercado.

Por isso, no que se refere às perguntas feitas hoje, quero afirmar que concordo plenamente, não é minha intenção repetir que alguns jovens em Macau vivem de forma confortável e passiva. Fico verdadeiramente satisfeito por ouvir o Sr. Deputado Chui Sai Peng referir há pouco que os nossos jovens empreendedores conseguiram alcançar resultados notáveis em prémios internacionais na área da inovação e do empreendedorismo. Encorajo os jovens a desenvolverem o espírito de inovação e empreendedorismo, e tenho esperança de que, apoiados por um sistema educativo de qualidade, possam crescer e sentir-se realizados.

Por isso, gostaria de assumir aqui um compromisso: estou plenamente disposto, juntamente com a minha equipa, em primeiro lugar, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance durante este mandato; em segundo lugar, actuar de acordo com os planos; em terceiro lugar, manter uma atitude aberta durante a discussão na especialidade das propostas de lei na Assembleia Legislativa, auscultando as opiniões dos deputados, aperfeiçoando as propostas com espírito colaborativo e reforçando o respeito à Assembleia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr.<sup>a</sup> Deputada Lam Iok Fong.

**Lam Iok Fong:** Sr. Presidente, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Depois de consultar as informações, verifico que, aquando da sua candidatura em 2009, chegou a afirmar que, se fosse eleito, as tarefas mais importantes eram, para além de melhorar a vida da população, criar o regime de responsabilização para os titulares de altos cargos e aumentar a transparência da governação. No seu primeiro relatório das LAG em 2010, houve um extenso desenvolvimento sobre a visão de um “Governo transparente”. Na altura, V. Ex.<sup>a</sup> enfatizou a necessidade de reforçar a integridade, elevar de forma abrangente a transparência da governação, promover a cientificidade e a democratização das políticas públicas, melhorar a capacidade de execução do Governo e fortalecer a confiança dos cidadãos no Governo, e sob uma interacção e supervisão positivas, foi promovida a construção de um “Governo transparente”. O conceito de “Governo transparente” foi a forma como V. Ex.<sup>a</sup> sintetizou a visão sobre a transparência governativa aquando da tomada da posse. Nos primeiros anos do mandato, esta expressão foi frequentemente referida em todo o lado, como se em toda a parte há luz.

Contudo, no relatório das LAG de 2019, embora ainda se faça referência à implementação do regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, a expressão “Governo transparente” já não aparece e o compromisso de elevar a transparência da governação deixou de ser mencionado. Gostaria de perguntar: V. Ex.<sup>a</sup> considera que o Governo já é suficientemente transparente, a ponto de não ser necessário reforçar esse conceito? Ou existem outras razões?

Porque, ao olharmos para os últimos anos, verificamos que algumas políticas do Governo geraram controvérsias significativas, por exemplo a localização do crematório ou a forma como deverá ser regulada as empresas de investimento público, estas questões mostram que a sociedade continua a aguardar com expectativa sobre a transparência da governação. Gostaria, pois, de convidar V. Ex.<sup>a</sup> a fazer uma reflexão: poderá fazer uma retrospectiva dos principais esforços desenvolvidos ao longo destes dez anos, e quais foram os obstáculos centrais que se colocaram ao longo do processo de implementação dos trabalhos? Face ao tempo que ainda resta neste mandato, como pretende concretizar os objectivos que apresentou aquando da sua candidatura?

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada Lam Iok Fong.

Penso que temos mantido o compromisso de aumentar a transparência do “Governo transparente”, e temos procurado, ao longo deste mandato, desempenhar este trabalho da melhor forma possível.

Há pouco referiu a questão do crematório, e gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer uma breve explicação. Algumas decisões provisórias tomadas recentemente pelo

Governo suscitaram discussões na sociedade. Por exemplo, no processo de consulta sobre o trânsito rodoviário, decidimos adiar devido às sanções previstas, em especial as multas. Para ser mais claro, o chamado “caso da carne de vaca seca”, gerou efectivamente uma forte reacção social. Depois de ouvir as opiniões da sociedade, decidimos adiar a medida, mas não a abandonar. Já estamos a trabalhar empenhadamente na revisão do texto de consulta, que será novamente apresentado em breve. Porque com a evolução dos tempos, em muitos aspectos – como a condução sob efeito de álcool, condução sob influência de drogas, ou condutores com comportamentos perigosos que afectam a segurança das pessoas – é necessário avançar com a consulta do texto em apreço.

No que diz respeito ao crematório, a Secretária Chan e o Presidente Tavares realizaram diversos estudos preliminares. Contudo, qual foi a razão para a alteração da decisão? Deve-se ao facto de que a legislação actual determina que o crematório deva estar associado a um cemitério. Agora decidimos modificar essa disposição, prevendo que o crematório possa funcionar de forma independente. Claro que, no futuro, a escolha do local continuará a ser uma questão de grande preocupação pública, e esperamos poder identificar um local que seja amplamente aceite pela sociedade. Mas, se o crematório tiver de ser instalado obrigatoriamente no local actual do cemitério, é provável que isso gere maior controvérsia e oposição. Quanto ao terceiro depósito de substâncias perigosas, decidimos realizar uma avaliação do impacto ambiental, o que é perfeitamente razoável: primeiro realiza-se a avaliação ambiental, e só depois se procede à consulta pública.

Portanto, estas decisões não foram tomadas porque o Governo teme a ocorrência de determinados eventos, mas sim porque efectivamente escutou a opinião pública. Hoje em dia, Macau é uma sociedade bastante aberta, e como todos podem ver, a Lei Básica e a legislação em vigor prevêem diversas formas de expressão de opinião, cabendo aos cidadãos a liberdade de escolha. O Governo respeita as diferentes formas como os cidadãos expressam as suas opiniões, podendo cada um utilizar o meio que considerar adequado.

Costumo conversar frequentemente com os colegas e discutir sobre as formas de expressão de opinião, como a realização de reuniões, manifestações ou outros tipos de aglomerações. O mais importante é, de facto, garantir a segurança dos participantes e dos transeuntes. Por isso, a Secretaria para a Segurança tem de destacar um grande número de agentes para manter a ordem pública. Mas Macau é um espaço livre para a expressão de opiniões, por isso, o essencial não está na forma como as opiniões são expressas, mas sim na disponibilidade do Governo para as escutar. Claro que gostaríamos de não ter de recorrer a tantos colegas nem a tantas horas extraordinárias para gerir estas situações, mas estamos empenhados em ouvir as vozes da sociedade. Gostaria de responder ao seu convite para uma reflexão sobre os dez anos de mandato: permita-me partilhar essa retrospectiva no próximo ano, pois estamos agora no meu nono ano de mandato.

Além disso, gostaria de referir alguns pontos. Como devemos equilibrar a responsabilização dos titulares de cargos públicos e as regalias de aposentação. Nos últimos dois anos, enfrentámos algumas questões nesta matéria, e após uma análise aprofundada, um grupo de trabalho irá apresentar sugestões. É verdade que todos devem recordar, e embora o caso esteja actualmente em processo judicial, trata-se de um facto consumado, a questão

relacionada com o que, de forma simples, foi chamado de “o caso dos serviços meteorológicos”.

A alteração da lei vigente pretende estabelecer que, se um trabalhador da função pública se encontrar num processo disciplinar no momento em que apresenta a declaração ou o pedido de aposentação – e enquanto o procedimento de fixação da pensão não estiver concluído – o referido processo de aposentação ou de fixação da pensão será suspenso. As disposições actuais relativas à censura também serão alteradas, estabelecendo-se uma ligação entre a responsabilidade política e o processo disciplinar. Assim, quando um cargo de direcção for exonerado, será obrigatoriamente iniciado de imediato um processo disciplinar, e o procedimento da aposentação ou de demissão será suspenso, evitando que trabalhadores da função pública sujeitos a processos disciplinares, ou dirigentes destituídos por censura, possam invocar a aposentação ou a demissão para escapar ou atenuar a responsabilidade disciplinar. Esta é a alteração que será recomendada.

Penso que não iremos reduzir a transparência, antes continuaremos a preservar a transparência da governação e a escutar atentamente as opiniões da população em geral.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Srs. Deputados:

Vamos fazer um intervalo de trinta minutos.

**(Intervalo)**

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos agora continuar a reunião.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Leong On Kei.

**Leong On Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e caros colegas:

O Presidente Xi Jinping visitou recentemente o Parque Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau (Parque Industrial), afirmando que há que explorar a essência da medicina tradicional chinesa e promover a sua industrialização e modernização para a sua expansão mundial.

Os objectivos do Parque Industrial, aquando da sua criação, incluíam a inovação científica, a formação de talentos, a transformação em projectos concretos dos frutos

alcançados na investigação científica, a indústria de big health, e, ao mesmo tempo, potencializar o papel específico de Macau enquanto janela para o comércio internacional, com vista a apoiar as empresas e os produtos de qualidade, na área da medicina tradicional, do Interior da China, na exploração dos mercados dos Países de Língua Portuguesa, da União Europeia e dos países abrangidos pela iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e atrair empresas e produtos de qualidade do exterior a entrarem no mercado do Interior da China.

Sr. Chefe do Executivo: qual é o ponto de situação da inovação científica e da formação de talentos na área da medicina tradicional chinesa? Quanto à indústria de big health, isto é, a gestão da saúde, medicina e medicamentos, reabilitação inteligente, protecção na velhice e manutenção da saúde, as autoridades têm planos sistemáticos? Neste momento, são poucos os Países de Língua Portuguesa com os quais Macau colabora e tem negócios, e só para alguns produtos da medicina tradicional chinesa. Como é que as autoridades vão exercer melhor o papel da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no sentido de promover a generalização e a utilização dos produtos da medicina tradicional chinesa nos Países de Língua Portuguesa?

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo Chui Sai On:** Obrigado Sr. Presidente, obrigado pelas perguntas da Sr.<sup>a</sup> Deputada Leong On Kei.

O Governo da RAEM está a implementar empenhadamente o Plano Quinquenal, que estabelece como objectivo de desenvolvimento económico: promover o crescimento saudável das indústrias principais como núcleo central, impulsionar a modernização das indústrias associadas como suporte e fomentar o crescimento das indústrias emergentes como pilar complementar.

O Parque Industrial enquanto plataforma importante, tem impulsionado fortemente o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa em Macau. Em conformidade com os dois objectivos centrais definidos para o Parque Industrial – a criação de uma base internacional de controlo de qualidade em medicina chinesa e a construção de uma plataforma internacional de intercâmbio na área da saúde – têm sido reforçados os esforços em múltiplos aspectos, nomeadamente na construção de infra-estruturas, na inovação tecnológica e no desenvolvimento de plataformas com vantagens competitivas.

O Governo da RAEM irá concentrar-se em quatro áreas principais. A primeira consiste em promover activamente a construção de um sistema de serviços de investigação tecnológica. Através do Parque Industrial foram introduzidos recursos governamentais e especialistas autorizados estrangeiros, com o objectivo de criar um aglomerado pioneiro na investigação e inovação tecnológica na área da medicina tradicional chinesa. Através do Parque Industrial, já foi estabelecida a plataforma de investigação científica, que se apoia no Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa da Universidade de Macau e da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, reforçando assim a capacidade científica e tecnológica nas áreas da qualidade da medicina tradicional chinesa e da investigação de novos fármacos.

Relativamente à segunda área, daremos importância à formação de quadros qualificados. O Parque Industrial criou uma base de intercâmbio internacional para os jovens médicos de medicina tradicional chinesa, tendo convidado os jovens médicos de medicina tradicional chinesa de Macau para participarem em conjunto, proporcionando-lhes formação profissional, orientação para o exercício da profissão e formação de estágio, para aumentar a sua qualidade. Para vossa informação, actualmente em Macau existem 518 médicos de medicina tradicional chinesa e 164 mestres de medicina tradicional chinesa.

Relativamente à terceira área, tal como a Sr.<sup>a</sup> Deputada Leong tinha mencionado, aproveitaremos plenamente das vantagens da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no sentido de apoiar a introdução de empresas e produtos da medicina tradicional chinesa nos mercados da União Europeia, dos países de língua portuguesa e dos países ao longo da “Uma Faixa, Uma Rota”. Através do Centro de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Parque Industrial, ajudar-se-á as empresas de Macau a registarem-se nos Países de Língua Portuguesa. Após vários anos de esforço, foi construída uma rede de cooperação que liga a Associação das Nações do Sudeste Asiático, a África e a União Europeia. Paralelamente, foi posto em prática, em Moçambique, um modelo experimental de promoção da medicina e dos medicamentos tradicionais chineses, o qual foi posteriormente replicado nos restantes países africanos de língua oficial portuguesa.

Relativamente à quarta área, empenharemos na implementação da construção e planeamento de projectos-piloto na indústria Big Health, com foco no desenvolvimento da plataforma do Parque Industrial, dedicada à divulgação da cultura da medicina tradicional chinesa nos cuidados de saúde. Este projecto inclui o desenvolvimento de hotéis temáticos de turismo de saúde, um museu criativo de ciência e tecnologia de medicina tradicional chinesa, entre outras iniciativas, com o objectivo de posicionar Macau como centro de referência da indústria da saúde na Grande Baía.

Após vários anos de desenvolvimento, o Parque Industrial começa já a produzir efeitos. Neste contexto, envidaremos esforços nestas quatro áreas para impulsionar o seu desenvolvimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Ma Chi Seng.

**Ma Chi Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Fazendo uma retrospectiva dos últimos nove anos, os resultados da acção governativa do Sr. Chefe do Executivo no domínio do desporto são visíveis.

Relativamente ao desporto para todos, aumentou-se o número de horas de educação física nas escolas, contribuindo para a melhoria da condição física dos jovens. Foi incentivada a abertura das instalações desportivas escolares à comunidade, tendo aumentado a utilização dos recursos desportivos, optimizado o plano sport easy, a rede de instalações desportivas públicas e os cursos de desporto recreativo, promovido uma cultura de actividade física para toda a população. Segundo as estatísticas, a rede de instalações desportivas públicas passou de 23, em 2009, para 45, em 2018, registando se um aumento de 95%, um resultado significativo.

Relativamente ao desporto de rendimento, foram criadas sucessivamente escolas de formação desportiva para jovens, tais como “bowling”, karaté e squash, o Centro de Formação e Estágio de Atletas e o Centro de Medicina Desportiva, foi promovido a formação de atletas de diferentes níveis do desporto de rendimento, aperfeiçoado o regulamento de atribuição dos prémios pecuniários de eventos desportivos, aumentado o montante do seguro dos atletas no activo, melhorado constantemente o Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados e o Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite, proporcionando mais garantias aos atletas, tanto durante a sua carreira como após a reforma. De acordo com as estatísticas, entre 2009 e 2018, os atletas de Macau conquistaram um total de 121 medalhas em competições de alto nível, um desempenho digno de reconhecimento.

Os números e os factos são os mais convincentes, e o balanço dos últimos nove anos sob a liderança do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo reflecte claramente a atenção dedicada e o empenho demonstrado pelo Governo no desenvolvimento do desporto em Macau. Quais são as prioridades e visões futuras da V. Ex.<sup>a</sup> para o desporto em Macau, de forma a assegurar o seu contínuo desenvolvimento?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Ma Chi Seng.

Nos últimos dezanove anos, o Governo da RAEM tem prosseguido uma política baseada na dupla via, do desporto para todos e do desporto de rendimento, promovendo o desenvolvimento integral do desporto em Macau, tendo consolidado uma base mais sólida ao longo deste período.

Na promoção do desporto, o Governo orienta-se por duas vertentes principais: o desporto para todos e o desporto de rendimento. No que diz respeito ao desporto para todos, pretende-se fomentar a prática regular do desporto entre os residentes, beneficiando a sua saúde e fortalecendo as relações familiares. Os resultados da avaliação da condição física da população de Macau, realizado em 2015, revelam que o nível geral de aptidão física da população registou uma melhoria significativa e que, na maioria dos grupos etários, se observou uma tendência de aumento da capacidade pulmonar e da força muscular, o que

demonstra a importância e os efeitos positivos da promoção contínua do desporto para todos.

Relativamente ao desporto de rendimento, os atletas esforçam-se incansavelmente nas competições internacionais, conquistando distinções e honrando Macau, o que contribui para reforçar a coesão social e promover o sentimento de orgulho e reconhecimento colectivo. O Comité Olímpico e Desportivo de Macau, China, enquanto membro do Conselho Olímpico Asiático, detém uma posição reconhecida e influente no panorama desportivo asiático.

No que respeita ao papel social do desporto, a promoção das actividades desportivas para todos incentiva o convívio familiar, aumentando a interacção entre pais e filhos e promovendo a construção de relações familiares mais saudáveis.

A realização de grandes eventos desportivos não só promove o desenvolvimento do desporto, como atrai a atenção global, enriquece a oferta de produtos de turismo desportivo e contribui para a construção de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

Iremos reforçar na colaboração com as associações desportivas. Uma vez que o modelo desportivo de Macau se baseia predominantemente nas associações desportivas, a sua estreita colaboração é crucial para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do treino, a promoção do desenvolvimento da profissionalização do desporto de rendimento e o alcance de resultados positivos em competições internacionais.

De um modo geral, é necessário construir e aperfeiçoar mais as instalações desportivas. Na Vila Escolar da Zona A dos Novos Aterros, foram reservados terrenos próprios para a construção de instalações desportivas, com uma superfície total de 36.000 metros quadrados, incluindo um espaço viável para a construção de um campo de futebol padrão. O Centro de Formação e Estágio de Atletas, concluído e colocado em funcionamento no quarto trimestre de 2019, tem como objectivo proporcionar aos atletas de rendimento condições de treino e de apoio técnico mais especializado e de maior qualidade. No terreno central do Canídromo de Corridas de Galgos Yat Yuen, com cerca de 26.500 metros quadrados destinados a instalações desportivas, serão mantidos e melhorados os campos de atletismo e futebol existentes, e será construído um novo pavilhão desportivo.

No futuro, o Governo da RAEM continuará a promover a participação de todos os residentes e dos diversos sectores da sociedade no desporto para todos, de modo que o desenvolvimento do desporto em Macau prossiga de forma estável nas duas vertentes complementares.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Como todos sabem, a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau já se tornou uma estratégia importante para o desenvolvimento nacional. A pedido dos residentes, gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: independentemente de empresas locais ou estrangeiras, os trabalhadores que saem para o exterior ou os que venham trabalhar em Macau, todos enfrentam dificuldades devido às diferentes legislações e regulamentações nas três regiões, por exemplo, nas consultas médicas, existem diferenças nos custos e nos métodos de utilização dos registos médicos entre Guandong, Hong Kong e Macau, e nesse sentido, será implementado no futuro um sistema universal electrónico de registos médicos? Além disso, será que haverá alterações legislativas para alargar a protecção na área da saúde dos residentes de Macau que trabalham na Grande Baía?

Além disso, quando os nossos cidadãos pretendem expandir a gastronomia de Macau para a região da Grande Baía, todos nós sabemos que os procedimentos para obter a licença de restauração em Macau são particularmente morosos e complexos. Como são os procedimentos correspondentes noutras regiões da Grande Baía? Dispõe o Governo de enquadramentos legais ou de estruturas consultivas específicas para apoiar este tipo de iniciativas? Será também possível simplificar os procedimentos de emissão de documentos para os trabalhadores trazidos pelas empresas atraídas, nomeadamente o processo de emissão do Título de Identificação de Trabalhador Não Residente?

Para os cidadãos de Macau e para os residentes da Grande Baía que procuram novas oportunidades, os desafios legais com que se deparam podem ser apenas a ponta do icebergue. Neste sentido, gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se está prevista, no futuro, a criação de uma entidade jurídica especializada com a missão de estudar, coordenar e rever a legislação em causa, de modo a alinhar e apoiar a visão do Governo da RAEM de expandir-se para o exterior e, ao mesmo tempo, atrair investimentos estrangeiros?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Tal como tinha referido, neste momento estamos à espera da publicação das Linhas Gerais do Planeamento e, após a sua publicação, a nossa Comissão procederá ao devido acompanhamento. Neste âmbito, acredito que a Secretária para a Administração e Justiça, Chan Hoi Fan, prestará atenção à forma como devemos articular e lidar com os diferentes sistemas jurídicos das várias regiões, incluindo questões de assistência mútua.

Relativamente às questões colocadas, vamos então analisá-las, como é que podemos simplificar os procedimentos para as pessoas que vêm para Macau e quais são as regalias que os nossos residentes possuem quando se deslocam para a Grande Baía, creio que estas são

precisamente os aspectos que preocupam o Sr. Deputado Mak. Gostaria de abordar este assunto a partir de diversos aspectos. Em primeiro lugar, como todos sabem, vivemos em regiões distintas, com sistemas jurídicos diferentes e, para nos integrarmos, é natural que devemos respeitar as leis locais – isso é inevitável. Contudo, como podemos prestar apoio de forma a aumentar a sua eficiência? Creio que esta é uma questão importante e constitui o primeiro ponto a salientar.

Em segundo lugar, os serviços públicos competentes já têm realizado estudos em conjunto com as cidades da Grande Baía sobre a questão das regalias aos nacionais, um tema que tem merecido grande atenção recentemente. No que diz respeito à área da saúde, as condições actualmente oferecidas pelo Governo de Macau aos seus residentes podem diferir das praticadas no Interior da China. Se pretendêssemos estender integralmente os benefícios do sistema de saúde de Macau às nove cidades da Grande Baía, creio que seria necessário um processo prolongado de análise e avaliação da sua prática. Os serviços desta área já realizaram estudos e apresentaram algumas propostas viáveis para análise, nomeadamente a possibilidade de adquirir seguros médicos no Interior da China, ou ainda definir em que domínios o tratamento igualitário previsto para os nacionais poderia ser aplicável, e como lidar com as situações que ficam para além desse âmbito. Contudo, o nosso objectivo final continua a ser o de incentivar os residentes de Macau a regressarem a Macau para o tratamento de doenças mais graves.

Actualmente em Macau, a cobertura prestada é bastante abrangente, e como todos sabem, os tratamentos para o cancro, pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, doenças transmissíveis, entre muitos outros domínios são totalmente gratuitos. Mas, se alargássemos este regime às nove cidades do Interior da China, poderiam surgir consequências imprevistas. Por esse motivo, após um estudo prolongado, consideramos preferível desenvolver um sistema de seguro que possa oferecer cobertura adequada nesse contexto. Em última análise, o nosso objectivo continua a ser o de incentivar os residentes de Macau a regressarem a Macau para o tratamento de doenças graves, pois eles têm esse direito de receber tratamento aqui em Macau.

Este problema, apesar de parecer simples à primeira vista, foi analisado pelos serviços competentes e revela-se, na realidade, bastante complexo. Se estendêssemos integralmente os nossos serviços de saúde, benefícios e prestações sociais a diferentes regiões, tratar-se-ia, na realidade, de uma questão bastante complexa, sendo esta ligada ao nosso planeamento financeiro. Ainda por cima, a validação mútua dos procedimentos e tratamentos reconhecidos pelos sistemas de saúde distintos representa, por si só, um desafio considerável.

Por isso, após a divulgação das Linhas Gerais do Planeamento, procederemos a estudos, analisando diversos aspectos, tendo como principal objectivo garantir o bem-estar dos nossos residentes de Macau, quer estejam na própria Região, quer se desloquem às nove cidades. Em segundo lugar, trata-se da questão do planeamento financeiro, nomeadamente, de como podemos assegurar, de forma sustentável, o acesso aos benefícios, que também é um aspecto que nos merece grande atenção.

No que respeita ao domínio jurídico, a Secretaria para a Administração e Justiça

analisará a situação após a divulgação das Linhas Gerais do Planeamento. Iremos proceder à análise de duas situações: por um lado, o actual fluxo de estudantes; por outro, o aumento do número de pessoas que se deslocam com fins laborais ou de investimento. O Secretário para a Economia e Finanças também irá estudar a forma de apoiar as PME's no seu ingresso na Grande Baía, tal como referi anteriormente na resposta ao Sr. Deputado Ip Sio Kai. Muitos estão preocupados com a possibilidade de se integrarem? Isto é, se podemos apoiar um grupo de PME's no estabelecimento, na iniciativa empresarial e nos investimentos na Grande Baía. Considero que, após a divulgação das Linhas Gerais do Planeamento, devemos dar início aos trabalhos necessários com a maior brevidade possível.

Um outro aspecto essencial consiste em ouvir as opiniões das PME's, pois são elas que vão integrar-se na Grande Baía. Devemos conhecer em pormenor as condições e regulamentações aplicáveis e, em seguida, auscultar as opiniões das PME's.

Obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Wong Kit Cheng.

**Wong Kit Cheng:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e caros colegas:

No Relatório das Linhas de Acção Governativa de 2019, divulgado ontem, indica que serão mantidas e reforçadas diversas medidas de benefício para a população. Do ponto de vista da sociedade em geral, trata-se de um aspecto positivo e merecedor de reconhecimento.

Fazendo uma retrospectiva dos últimos dez anos, o Governo da RAEM implementou múltiplas medidas de apoio social com o propósito de partilhar com os residentes os resultados do desenvolvimento económico e social. No entanto, as referidas medidas de benefício têm sido implementadas de forma temporária, o que leva muitos residentes a considerar que tais benefícios não são garantidos de ano para ano, gerando assim incertezas quanto à sua continuidade. Nos últimos anos, têm surgido opiniões no sentido de que o Governo deveria agir com base no princípio de manutenção das despesas dentro do limite das receitas e de utilização racional dos fundos públicos, através da criação de um mecanismo claro, estável e sistemático de alocação de excedentes financeiros. Assim, as referidas medidas poderiam ser aplicadas de forma estável e de longo prazo, permitindo que os residentes beneficiassem efectivamente dos resultados do desenvolvimento económico e se sentissem mais seguros ao contribuir para o progresso da RAEM.

No final de 2017, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo reiterou, mais uma vez, a promessa feita durante a sua campanha eleitoral de criar um mecanismo duradouro e estruturado para a alocação de excedentes financeiros e lançar, em 2018, um Fundo de Desenvolvimento do Investimento. Desde então, já foram definidas orientações claras para a implementação do

Fundo para o Desenvolvimento e Investimento, enquanto que, até ao presente momento, não se registou qualquer avanço no que respeita ao referido mecanismo de alocação de excedentes financeiros. Contudo, nas respostas anteriormente prestadas pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo a perguntas colocadas por outros deputados, foi anunciado que o mecanismo será tornado público em 2019.

Neste sentido, pergunto ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, poderia aproveitar esta oportunidade para informar-nos sobre o actual progresso e os avanços concretos relativos a este mecanismo? No futuro, como será desenvolvido um sistema duradouro para áreas essenciais ao bem-estar da população, tais como o plano de comparticipação pecuniária, a segurança social, os cuidados de saúde, a habitação e a educação, de modo a assegurar que as medidas sociais possam ser ajustadas de forma sistemática e científica?

Obrigada.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Wong Kit Cheng.

O Governo continuará a seguir o princípio de manutenção das despesas dentro do limite das receitas, estipulado na Lei Básica, implementando políticas financeiras sólidas. A criação de um mecanismo eficiente de longo prazo para a alocação de excedentes financeiros é uma promessa que assumi no meu programa político e também faz parte das acções governativas previstas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento. Já fizemos uma análise preliminar que, em termos simples, incide essencialmente sobre dois aspectos: por um lado, esperamos ter excedente orçamental todos os anos, permitindo que o crescimento económico seja partilhado por todos e que os frutos do desenvolvimento sejam comuns a toda a população; por outro lado, queríamos garantir que o mecanismo seja implementado a longo prazo e avance de forma sustentada.

O mecanismo duradouro abrange seis grandes áreas, designadamente segurança social, habitação, saúde, educação, formação de quadros qualificados e a prevenção e mitigação de desastres. Na criação deste mecanismo, é evidente que, iremos incluir anualmente, na proposta de orçamento financeiro submetida à Assembleia Legislativa, despesas específicas dedicadas a estas seis áreas. Contudo, reconhecemos também da questão que toda a população se preocupa: de como garantir, face à evolução da situação económica, que este mecanismo duradouro disponha de recursos suficientes e seja plenamente implementado.

É do conhecimento de todos que a economia funciona de forma dinâmica e que, muitas vezes surgem imprevistos, como desastres mundiais, doenças transmissíveis ou recessões económicas, por isso o segundo aspecto consiste na criação de um sistema sólido de reserva financeira. Hoje informei todos sobre a situação actual das nossas reservas financeiras, nomeadamente a reserva básica, a reserva extraordinária e as reservas em moeda estrangeira, encontrando-se actualmente num estado sólido e estável, o que nos permite fazer face a situações imprevistas.

Relativamente às garantias do mecanismo duradouro, prevemos clarificar, no próximo ano, a forma como será procedido a alocação de excedentes financeiros, assegurando que o actual sistema financeiro garante uma adequada reserva financeira, que possa responder a eventuais défices ou a necessidades do desenvolvimento económico. Neste momento, temos confiança no mecanismo duradouro de alocação de excedentes financeiros. E se Macau enfrentar situações difíceis, temos um sistema de reserva financeira. Como todos sabem, as reservas básicas e extraordinárias correspondem a 1,5 vezes a despesa anual, o que garante o funcionamento contínuo do Governo.

Creio que todos desejam um sistema estável que garanta a continuidade do mecanismo duradouro que abrange as seis áreas e o funcionamento normal do Governo, mesmo em momentos de dificuldade. Neste momento, comprometo-me a apresentar, no próximo ano, os resultados do nosso estudo e a proposta do mecanismo de alocação de excedentes financeiros, que constituirá uma das prioridades da acção governativa do próximo ano e que será plenamente partilhada com todos.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Song Pek Kei.

**Song Pek Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

O próximo ano é o último ano das Linhas de Acção Governativa do quarto mandato do Governo da RAEM, restando pouco tempo para os trabalhos que ainda são muitos, nomeadamente os trabalhos relativos à eleição do Chefe do Executivo, que terá lugar no vigésimo aniversário do retorno de Macau à Pátria, e a promoção do desenvolvimento de Macau sob o planeamento da nova era da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Contudo, de qualquer dos modos, os trabalhos relacionados com o bem-estar da população não podem ser descuidados, devendo antes ser reforçados, pois apenas assim se poderá garantir uma base estável e sólida para o desenvolvimento social.

Sob a liderança da V. Ex.<sup>a</sup>, o Governo da RAEM, tem vindo a reforçar as infra estruturas relacionadas com a vida da população, nomeadamente nas áreas da habitação pública, transportes, assistência médica, cuidados aos idosos, entre outras, e com o esforço e empenho de todos os trabalhadores dos serviços públicos, de certo modo, aumentou a qualidade de vida da população. Contudo, as contradições estruturais profundas da sociedade continuam a condicionar o desenvolvimento, e na realidade ainda existem várias áreas em que o trabalho realizado apresenta um fosso relativamente às expectativas dos residentes, que, perante esta situação, não têm outra alternativa senão aceitá-la com resignação.

Contudo, não deveria transformar nesta situação em norma, devendo agir com mudanças

e desenvolvimento. A título de exemplo em áreas críticas como a saúde, onde estão em jogo questões de vida e morte, o Governo da RAEM, beneficiando de uma situação financeira estável e robusta, dispõe plenamente das condições necessárias para desenvolver serviços médicos de alta qualidade. Esta iniciativa não só permitiria criar uma plataforma de atracção e consolidação de quadros qualificados, formando profissionais de saúde com perfil internacional, reforçando a competitividade dos quadros locais, bem como, proporcionaria aos residentes de Macau uma maior protecção médica e constituiria uma vantagem para a transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

A este respeito, gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, face à actual falta de cuidados médicos de alta qualidade em Macau, a sociedade manifestou a expectativa de que a construção do novo hospital nas Ilhas possa servir de oportunidade para atrair e desenvolver projectos de saúde de alta qualidade na RAEM, que planos tem a Administração neste domínio? Por outro lado, com a publicação das Linhas Gerais do Planeamento, tanto o Interior da China como Hong Kong também já avançaram progressivamente com iniciativas de seguro de saúde, então, qual é a visão futura de Macau no que respeita à implementação de um sistema universal de seguro de saúde, de modo a garantir os direitos médicos dos residentes no contexto da integração regional?

Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Song Pek Kei.

Gostaria de começar por afirmar que, neste momento, é necessário reconhecermos a importância de proceder ao estudo sobre um plano universal de seguro de saúde de Macau. Por que razão digo isto? Considerando a actual situação económica de Macau, este é, de facto, um momento oportuno para avançar com esse estudo. E por que motivo? Porque, como todos sabem, a nível mundial, tanto para país como região, o financiamento da saúde constitui um desafio complexo quando se pretende implementar um sistema de cobertura médica universal. Por isso, agora é o momento oportuno para lançarmos um estudo sobre o plano de seguro de saúde.

O financiamento é uma grande questão a ter em conta, sobretudo no âmbito do plano de saúde universal. Também tenho analisado diversos modelos de sistemas de seguro de saúde adoptados por diferentes países e regiões. E porque afirmo ser este o momento oportuno para iniciarmos um estudo sobre esta matéria? Porque, actualmente, como podemos ver, em Macau existem três tipos de entidades que prestam cuidados de saúde, o sector público, o sector privado e as instituições sem fins lucrativos, tendo o Governo assumido uma parte significativa. Se bem me lembro, no orçamento apresentado para 2019, previa que o investimento em saúde na ordem de oito mil milhões de patacas, destinado ao financiamento de uma ampla gama de serviços, e, neste domínio, acredito que a quota parte do Governo em Macau seja relativamente elevada. Isto é particularmente evidente nos cuidados primários de saúde, onde a maior parte dos serviços é prestada gratuitamente. E quanto aos cuidados

especializados, existe uma pequena taxa moderadora, mas que se mantém, ainda assim, num nível acessível para a população.

Acredito que a possibilidade de escolha seja algo que os residentes genuinamente desejam. Existe, de facto, uma realidade evidente, muitos residentes de Macau não recebem tratamento médico no território, tendo uma parte deles com condições financeiras opta por procurar cuidados de saúde fora de Macau, e esta é naturalmente uma decisão pessoal, fruto da liberdade de escolha. Neste momento, persiste um modelo dual, por um lado o Governo assegura uma cobertura ampla, financiando e prestando directamente uma parte significativa dos serviços de saúde; por outro lado, existe a possibilidade de recorrer a serviços com taxas moderadoras.

No futuro, caso se pretender implementar um sistema de seguro de saúde universal, existe alguns aspectos a considerar. Além do desafio do financiamento, questão comum a nível global como referi, trata-se também de uma questão da vontade de participação por parte da população. Dado o contexto específico de Macau, coloca-se a questão de saber se a população estará disposta a suportar, mensalmente, uma dedução nos seus rendimentos para financiar um seguro de saúde. A este respeito, podemos ter como referência no modelo actual do Fundo de Segurança Social, onde se observa que a parcela assumida pelo Governo representa uma proporção significativa das contribuições totais.

Também analisamos a situação dos fundos de segurança social em diversos países e regiões do mundo que enfrentam frequentemente dificuldades financeiras, chegando inclusive à falência. Por isso, no caso de um sistema de saúde universal, considero que dois aspectos são essenciais: em primeiro lugar, o número de participantes; em segundo lugar, o valor mensal a pagar por cada indivíduo. Porque quanto maior for o número de participantes, melhor será a capacidade de prestar serviços de qualidade. Por isso, considero necessário realizar um estudo para, através de uma sondagem de opinião, saber se os residentes de Macau estão dispostos a aderir a este sistema. A terceira questão diz respeito à qualidade dos serviços. Actualmente, como os serviços de saúde têm frequentemente destacado, os cuidados primários em Macau já atingiram um nível relativamente elevado, e os cuidados especializados também têm vindo a progredir. Contudo, será que este nível é suficiente para responder às necessidades da população em geral? Tal como foi referido pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Song, haverá ainda espaço para melhorias nos serviços de saúde de alta qualidade? A terceira questão diz respeito à qualidade dos cuidados de saúde.

Os cuidados de saúde, no entanto, além da qualidade, o aspecto mais crucial é o momento atempado para ser atendido, um exemplo claro disso é o tempo de espera, uma questão frequentemente referida pela população: quando os períodos de espera são excessivamente longos, há o risco de agravamento do estado de saúde. Por isso, considero essencial que o Governo encarregue uma instituição académica ou uma entidade de investigação independente de realizar um estudo aprofundado sobre esta matéria, acompanhado por um inquérito abrangente junto dos residentes de Macau, para analisar a sua vontade de aderir a um sistema deste tipo, pois trata-se de uma contribuição mensal e regular. A título de exemplo, podemos citar o actual sistema aplicado aos trabalhadores dos serviços públicos, em que é descontada mensalmente uma percentagem do vencimento para fins de

cobertura médica.

Penso que deveríamos encarregar a uma entidade especializada um estudo abrangente sobre a viabilidade de um sistema de saúde universal. Actualmente, pode não ser urgente em implementar este sistema, mas quanto a médio e longo prazo, especialmente face aos já elevados níveis de despesa em saúde. Para ser franco, com a futura conclusão e entrada em funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, acredito que as despesas públicas nesta área ultrapassarão largamente os actuais 8 mil milhões de patacas, aumentando significativamente. Por conseguinte, no que respeita ao planeamento financeiro e à gestão orçamental, é oportuno, neste momento, iniciar um estudo sobre um possível sistema de saúde universal. Sugiro que seja encarregado a uma instituição académica um trabalho de investigação e inquérito abrangente, com o objectivo de avaliar a aceitação deste sistema junto da população de Macau. Nas experiências internacionais mostram que, embora alguns países e regiões tenham conseguido êxito, outras enfrentaram insucessos. Não existe uma fórmula que garanta o sucesso automático, pois os resultados dependem de vários factores-chave, como os que referi anteriormente.

Agradeço imenso pela sua opinião. Espero que, durante o meu mandato, seja possível dar início a este estudo. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Si Ka Lon.

**Si Ka Lon:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

“Difícil de resolver assuntos” e “trâmites complicados” são problemas sentidos diariamente pela população. Considero que a governação inteligente oferece uma solução promissora para esta questão. Os residentes acompanham com grande atenção o progresso nesta área e esperam, de forma generalizada, que o Governo consiga finalmente eliminar as barreiras informativas entre serviços, acelere a construção do centro de computação em nuvem, concretize a partilha de dados e simplifique os procedimentos dos serviços públicos, para reduzir o número de documentos necessários e de deslocações desnecessárias, aumentando a eficácia da cooperação interdepartamental.

No próximo ano, vai ser aumentado para 90 tipos de serviços interdepartamentais electrónicos, no entanto, a sua taxa de cobertura dos serviços prestados na generalidade ainda é relativamente baixa, havendo assim a necessidade de criar um mecanismo de coordenação de alto nível, para acelerar este processo.

Gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, quais são os planos para o próximo ano no que respeita à partilha de dados entre serviços públicos que ainda não eliminaram as barreiras informativas? Tenciona V. Ex.<sup>a</sup> acompanhar e supervisionar directamente o avanço deste projecto governamental, que é essencial para facilitar a vida aos cidadãos? Além disso, irá

integrar este projecto com o desenvolvimento da governação inteligente, para criar um mecanismo moderno e inteligente de avaliação de desempenho?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Si Ka Lon.

Os resultados alcançados este ano no domínio da cidade inteligente concentram-se principalmente em quatro áreas: administração pública, mobilidade, turismo e saúde. O desenvolvimento de cidade inteligente é, de facto, uma questão de grande interesse para a sociedade, tal como foi destacado pelo Sr. Deputado Si Ka Lon. Ao longo deste ano, concluímos a selecção do local e o projecto do Centro de Computação em Nuvem do Governo, com o objectivo de concluir a sua construção e colocá-lo em funcionamento em 2019. Com esta base, tal como referido anteriormente, será dada prioridade à implementação de 15 projectos de aplicação de megadados nos quatro domínios mencionados e será iniciada uma fase experimental de disponibilização de aplicações megadados à sociedade.

Compreendo plenamente a intervenção do Sr. Deputado Si Ka Lon. De facto, tal como muitos têm referido, a questão “ilhas de dados” constitui um desafio central, esperando-se que através do aumento da eficácia possa concretizar os trabalhos principais da cidade inteligente. O Governo da RAEM reforçará, através de diferentes mecanismos, a partilha de dados entre os serviços públicos, para desbloquear “ilhas de dados”.

O projecto de governação inteligente foca-se na criação de uma plataforma de recursos de dados, acompanhada de mecanismos adequados de gestão e de autorização de utilização. Este quadro permitirá que os diversos serviços públicos, em pleno cumprimento da Lei de Protecção de Dados Pessoais e da legislação aplicável, integrem os seus dados na plataforma, exibam os dados necessários e concedam autorizações de acesso, bem como solicitem o uso de dados detidos por outras entidades públicas, para criar um ambiente mais favorável à partilha de informações entre serviços públicos. Em simultâneo, o Governo irá promover as medidas complementares necessárias através de regulamentação administrativa, com o objectivo de otimizar os processos interdepartamentais. Orientado para os serviços prestados ao público, proceder-se-á à integração de dados entre serviços públicos e ao alargamento progressivo do âmbito da governação inteligente.

Por conseguinte, concordamos plenamente com as questões apresentadas. Iremos avançar com os projectos relevantes já em 2019, com o objectivo de desbloquear as ilhas de dados e impulsionar o desenvolvimento da cidade inteligente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Iau Teng Pio.

**Iau Teng Pio:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Caros colegas,

Boa tarde. Fazendo uma retrospectiva dos últimos 9 anos, o Sr. Chefe do Executivo desenvolveu um trabalho significativo em múltiplas áreas, nomeadamente no bem-estar social, na segurança pública e no desenvolvimento económico. Em particular, os resultados alcançados nas políticas de gestão de terrenos, habitação social e habitação económica são amplamente reconhecidos.

No domínio da gestão de terrenos, com base nas leis relacionadas, a reserva de terrenos da RAEM atingiu o nível mais elevado da sua história. Paralelamente, foram disponibilizados vastos terrenos para diversas infra-estruturas sociais, nomeadamente terrenos para a construção de escolas no âmbito do Projecto Céu Azul, bem como o novo campus da Universidade de Macau em Hengqin, já concluído e em funcionamento.

No domínio da habitação, o número de fracções aumentou de 186.557, em Dezembro de 2009, para 225.457 em Junho de 2018, registando-se, durante o período de nove anos, um crescimento significativo na oferta de habitação social e habitação económica. Até 9 de Novembro de 2018, foram construídas 14.269 fracções de habitação social, das quais 1.094 são disponíveis para utilização, 841 em manutenção e 2.868 ainda em construção, tendo contribuído para a melhoria das condições de vida da população. Com a construção em curso e os projectos planeados de habitação pública e privada, bem como de infra-estruturas complementares, tais como centros de saúde, escolas e outras instalações, os resultados globais alcançados são indiscutivelmente notáveis. O trabalho desenvolvido pela V. Ex.<sup>a</sup> e pelo Governo da RAEM ao longo destes nove anos é claramente visível e amplamente reconhecido pela comunidade.

Gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, de que forma, no futuro, as políticas de gestão de terrenos e de habitação poderão reforçar a esperança dos residentes de Macau na construção de uma cidade verdadeiramente habitável?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Iau Teng Pio.

A construção de uma cidade habitável constitui uma exigência inevitável para o desenvolvimento económico e social de Macau, para a melhoria contínua do bem-estar da população, bem como para a prosperidade, estabilidade e qualidade de vida da sociedade. Tendo como objectivo construir uma cidade habitável, o Governo da RAEM criou uma comissão interdepartamental, que visa elaborar o planeamento geral urbano, tendo como eixo principal a construção de Macau em um “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e um “Belo Lar”, e definido 11 objectivos de planeamento.

No domínio da política de gestão de terrenos, o Governo da RAEM irá proceder em estrita conformidade com a Lei Básica de Macau e as disposições pertinentes da Lei de terras, reforçando a gestão e promovendo a utilização racional dos recursos. Até ao mês de Setembro, foram publicados despachos de caducidade da concessão de 73 terrenos, envolvendo uma área total de 530.000 metros quadrados.

Na política de habitação, tem como objectivo concretizar o princípio “habitação e bem-estar para todos”. A ideia principal da política de habitação pública, baseia-se na política “tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário”, por forma a aumentar a oferta e apoiar as famílias de baixos e médios rendimentos, bem como os grupos mais vulneráveis, no acesso a uma moradia adequada. No final do ano passado, já foi reaberta a candidatura à habitação social, visando atender as necessidades habitacionais dos grupos com condições económicas mais vulneráveis. Prevê-se reabrir, em 2019, a candidatura ao concurso de habitação económica, disponibilizando cerca de 4.000 fracções, com o objectivo de apoiar os residentes de Macau que se encontrem em determinadas faixas de rendimento ou condições patrimoniais no acesso à habitação própria.

Em resposta às solicitações da sociedade, o Governo está a acompanhar os trabalhos de revisão da lei sobre a habitação social e económica, tendo o “Regime jurídico da habitação social” já sido aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa e encontra-se na fase de discussão na especialidade. Paralelamente, a proposta da “Lei da habitação económica” já foi concluída e submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Para responder de forma mais eficaz às necessidades da população, o Governo empenhará na construção de 19.000 fracções, aumentando ordenadamente a oferta de habitação pública. Iremos concentrar-nos em quatro grandes empreendimentos públicos, designadamente na Avenida Wai Long, no terreno da antiga “CEM” situada na Avenida de Venceslau de Moraes, na Zona A dos Novos Aterros e na Avenida dos Jogos da Ásia Oriental, a oeste de Taipa, estimando-se que sejam planeadas e construídas cerca de 38.500 fracções.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chan Iek Lap.

**Chan Iek Lap:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

A saúde física e psicológica dos cidadãos é a base do desenvolvimento sustentável da nossa sociedade, e a construção de um sistema de saúde completo e disponível 24 horas por dia é efectivamente essencial para garantir a saúde física da generalidade dos residentes. Assim, o desenvolvimento saudável e a longo prazo do nosso sistema de saúde é um tema ainda muito importante para Macau.

Mas esse desenvolvimento envolve diversos factores, de entre os quais, o sector profissional deu especial atenção à formação de jovens profissionais de saúde e à forma como os mercados de cuidados de saúde públicos e privados se podem desenvolver com prosperidade, tal como nas regiões vizinhas. Com o estabelecimento da Academia de Medicina de Macau e a proposta de lei relativa ao regime de qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde, em fase de discussão na especialidade na Assembleia Legislativa, foram estabelecidas normas que permita aumentar a qualidade da formação profissional e dos jovens profissionais de saúde, promovendo assim a aplicação prática dos seus conhecimentos e reforçar a prestação de serviços de saúde à população.

Mas, face ao aumento anual desses jovens que regressam a Macau, bem como às limitações das entidades de saúde públicas, não tem sido possível absorver todos os finalistas. Esses jovens, que necessitam de continuar a acumular experiência na medicina clínica, sentem-se confusos e desejam servir os cidadãos com o profissionalismo adquirido ao longo dos anos, mas as rendas, os equipamentos, os clientes, etc. do sector privado são obstáculos para eles.

Se a sociedade de Macau não der a devida atenção e não conceder os devidos apoios, vai haver um desperdício significativo de profissionais de saúde. Por este motivo, gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, no futuro, quais serão as políticas e medidas concretas a serem implementadas para apoiar os profissionais das 15 categorias de saúde que, após a sua formação e regresso a Macau, não conseguem integrar nas instituições médicas públicas ou sem fins lucrativos? De que forma o apoio governamental poderá permitir que estes jovens profissionais continuem a acumular experiência clínica prática, contribuindo assim para a formação de uma reserva quadros qualificados na área de saúde, e para o desenvolvimento sustentável e à transmissão de conhecimento no sistema de saúde de Macau?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Chan Iek Lap.

Considero que o sistema de saúde de Macau está prestes a atravessar uma transformação profunda — uma mudança progressiva e adaptada aos tempos actuais, especialmente no que respeita aos profissionais de saúde. Tendo em conta que, até ao momento, Macau ainda não dispõe de uma faculdade de medicina alinhada com os padrões ocidentais, todos os médicos

locais recebem a sua formação no estrangeiro e regressam a Macau após a conclusão dos estudos para exercer a profissão.

No passado, o nosso sistema baseava-se na verificação documental, bastava o interessado apresentar os documentos comprovativos às entidades competentes, e, após a confirmação da conclusão da formação académica, era-lhe concedido o título de médico habilitado a exercer a profissão. Após um estudo prolongado, e sob a liderança do Secretário Tam e do Director Lei, o Governo prepara-se agora para implementar uma série de novas medidas. O objectivo final das novas medidas é garantir a qualidade dos cuidados de saúde em Macau, assegurando aos residentes um serviço saúde de confiança e sustentável.

Tenho conhecimento de que estão previstas duas grandes mudanças para o futuro. Em primeiro lugar, todos os graduados em medicina formados no estrangeiro e que regressem a Macau deverão, doravante, aprovar-se num exame e completar um período de estágio obrigatório antes de poderem exercer a profissão, independentemente de integrarem em instituições públicas, privadas ou sem fins lucrativos. No domínio da formação especializada, será criada uma Academia Médica com o objectivo de estabelecer um regime único de formação de médicos especialistas, integrando tanto o sector público como o privado.

A preocupação actual de alguns reside na possibilidade de aprovação no exame e na capacidade de exercer a medicina após a conclusão do estágio obrigatório. No entanto, com base nos esclarecimentos prestados pelo Secretário Tam e pelo Director Lei, entendo que o novo regime não estabelece um limite máximo de vagas, ao contrário do que ocorre em certos países ou regiões, onde são fixadas quotas anuais. Ou seja, desde que preenchidos os requisitos, não há restrição ao número de tentativas, sendo que, caso um candidato não seja aprovado num determinado ano, poderá voltar a inscrever-se no ano seguinte. O acesso ao exame não é condicionado por quotas que limitem artificialmente o número de participantes. Esta é, até ao momento, a minha compreensão inicial. Creio que esta medida decorre exclusivamente da necessidade de alinhar o sistema local com as boas práticas internacionais, e, acima de tudo, de garantir que os residentes de Macau recebam cuidados de saúde prestados por profissionais devidamente qualificados.

Quanto ao domínio da formação especializada, após muitos anos de discussão e preparação, foi finalmente concretizada a criação da Academia Médica, com o objectivo de estabelecer um sistema unificado e padronizado para a formação de médicos especialistas. O Governo tem investido significativamente nesta área, especialmente em termos de apoio financeiro e enquadramento orçamental. Neste sentido, considero que, face aos avanços contínuos da medicina a nível global, Macau tem a necessidade imperativa de transitar de um modelo baseado exclusivamente na verificação documental para um sistema e a conclusão de estágios clínicos obrigatórios. Quanto às 15 categorias de profissionais de saúde a que se referiu, tenho conhecimento de que a exigência das duas etapas, exame e estágio, resulta de um longo processo de concertação conduzido pelo Conselho Médico, que realizou centenas de reuniões até alcançar um consenso.

Levantou uma questão importante, que é precisamente aquela que a sociedade tem manifestado grande preocupação: como apoiar os profissionais de saúde? E aqueles que não

conseguem aprovar-se no exame, precisam de o repetir, ou que pretendem desenvolver a sua carreira no sector privado? Penso que este é um desafio particularmente complexo para o Governo, especialmente para o Secretário Tam, que tem a responsabilidade desta área, pode ser um desafio ainda maior, pois tanto no sector público como nas organizações sem fins lucrativos, os profissionais integram quadros de pessoal com percursos bem definidos.

No entanto, no sector privado, como são fornecidos os apoios? Sob o regime actual, a abertura de uma clínica, ainda que seja uma clínica dentária de pequena dimensão, exige um investimento inicial significativo, além de enfrentar a grande instabilidade no número de pacientes. Tenho frequentes conversas com médicos locais e da região vizinha, que muitas vezes me relatam estas dificuldades com humor. Um deles comentou que hoje em dia o mercado é mesmo difícil, às vezes até tem tido poucos pacientes. Na área de medicina, é assim, há médicos com muitos pacientes, e outros nem por isso. O mesmo médico ainda me contou com ironia que adora comer massa instantânea, e porquê? Porque ele só tem recebido um paciente por dia.

Assim, a questão transformou-se num problema de desequilíbrio entre oferta e procura no mercado de saúde privada. Neste contexto, como podemos apoiar de forma eficaz os jovens médicos que se encontrem no sector privado? Considero que o Governo pode intervir em duas frentes: em primeiro lugar, na formação contínua e no aperfeiçoamento profissional, fornecendo-lhes apoio de forma contínua, para permitir que estes tenham uma certa qualidade profissional; em segundo lugar, reforçar no apoio às entidades profissionais de saúde, por exemplo em financiar determinadas especializadas, disponibilizando melhores condições, que parece ser mais útil.

De um modo geral, considero que esta constitui uma reforma de grande envergadura impulsionada pelo Secretário Tam no sistema de saúde, acredito que é uma mudança que trará reais benefícios aos residentes de Macau. Durante muito tempo, o regime vigente baseou-se exclusivamente na verificação documental para a atribuição de qualificações profissionais, um modelo que, com o passar dos anos, revelou-se cada vez mais desalinhado com os padrões actuais da prática médica. Sinto-me igualmente satisfeito por constatar que esta reforma alcançou um amplo consenso junto do sector médico. A proposta de lei já foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa, e é com genuíno empenho que esperamos pela sua aprovação. O sistema em causa abrange as 15 categorias de profissionais de saúde, a formação de especialistas e o enquadramento para os médicos graduados no estrangeiro que regressam a Macau que referimos. O Governo tem dedicado recursos significativos com esta iniciativa, não apenas em termos de planeamento institucional estruturado e de apoio orçamental, mas também, e acima de tudo, em sinal de profundo respeito pelas profissões da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong.

**Chan Hong:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Caros colegas,

A Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é uma estratégia nacional concebida, planeada e promovida pelo Presidente Xi Jinping, representando, nesta nova era, uma iniciativa inovadora impulsora da formação de uma nova conjuntura para uma plena abertura e, ainda, um novo plano para promover o avanço da nobre causa “Um País, Dois Sistemas”.

Para construir uma área de Baía de melhor qualidade, que passa por atrair e formar profissionais altamente qualificados, é necessário reforçar a cooperação educacional e melhorar, através da complementaridade das vantagens, a qualidade da educação. Além da cooperação no ensino superior, a no ensino básico também é importante. O Governo deve considerar cooperar com a Província de Guangdong, para permitir que as escolas qualificadas de Macau criem polos na Grande Baía, criando uma zona de ensino básico com apoio do Governo, para os estudantes de Macau e de outras proveniências que residem na Grande Baía terem mais escolhas. Quanto ao ensino técnico profissional, deve ser reforçada a cooperação entre Macau e as outras cidades da Grande Baía, para promover a mobilidade nos estágios, concretizar o reconhecimento mútuo de graus académicos, e aperfeiçoar a credenciação de profissionais, em prol da formação de recursos humanos diversificados.

Sr. Chefe do Executivo, como vai promover o desenvolvimento coordenado da educação na Grande Baía? De que políticas é que o Governo dispõe para apoiar as escolas na abertura de polos na Grande Baía? O Governo já estudou a viabilidade de abrir escolas numa espécie de “enclave”? A fim de promover o desenvolvimento dos diferentes tipos de educação de Macau, de que planos e medidas é que o Governo dispõe para tirar proveito da cooperação e integração da Grande Baía?

Obrigada.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong.

Considero que a promoção do desenvolvimento concertado da educação na Grande Baía constitui uma das visões partilhadas por todas as partes envolvidas, especialmente no que respeita à cooperação no domínio educativo.

Com base na experiência acumulada, sabemos que, no Interior da China, a criação de

instituições de ensino superior não é permitida na forma de gestão independente, é exigido um modelo de cooperação conjunta. Assim que as políticas relevantes forem clarificadas, Macau procederá à análise concreta e ao estudo de viabilidade para a sua implementação. Realizamos um estudo sobre o assunto e constatámos que, no nono documento do suplemento ao Acordo CEPA, já é referido a questão de Macau no estabelecimento de escolas internacionais em Qianhai e Hengqin sob a forma de propriedade total. Esta política encerra três significados fundamentais, que vou explicar: em primeiro lugar, consagra a inclusão das escolas internacionais no âmbito dos investimentos estrangeiros, sob a forma de propriedade total. Antes as escolas internacionais não estavam incluídas no quadro regulamentar dos investimentos estrangeiros, o estabelecimento legal das escolas internacionais era apenas permitido às empresas com capitais estrangeiros, aos representantes de organizações internacionais que se encontram no Interior da China, bem como os estrangeiros com residência legal no local.

Em segundo lugar, alarga-se o âmbito de recrutamento das escolas internacionais. Até à data, a admissão nestas instituições estava limitada aos filhos de estrangeiros com autorização legal de residência na China. Após a assinatura do nono documento do suplemento ao Acordo CEPA, o regime foi clarificado e alargado, passando a incluir expressamente os filhos de chineses de ascendência que residem no estrangeiro e trabalham em Qianhai e Hengqin, bem como os filhos de quadros qualificados que regressaram à China após estudos no exterior.

Para criar um ambiente de investimento mais favorável aos investidores de Macau, o futuro desenvolvimento da Grande Baía está intrinsecamente ligado às vantagens educativas, motivo pelo qual, o Departamento de Educação de Guangdong encontra-se a estudar novas medidas políticas para incentivar os investidores de Macau a estabelecerem instituições educativas na Grande Baía. Neste contexto, identificamos uma possível via de desenvolvimento e estamos activamente a explorar tais oportunidades. Paralelamente, continuaremos a acompanhar a viabilidade de os investidores de Macau poderem vir a operar escolas em regime de gestão independente.

Relativamente à opinião apresentada pela Deputada Chan sobre a criação de estabelecimento de ensino não local, trata-se de uma ideia inovadora que merece um estudo aprofundado. Teoricamente, a criação de estabelecimento não local representa uma via estratégica para ultrapassar as fronteiras administrativas e promover a cooperação inter-regional. Do ponto de vista jurídico, as questões relativas a esta matéria enquadram-se na competência exclusiva do Governo Central, excedendo as atribuições dos governos locais. Por isso, qualquer iniciativa nesta área necessita de ser analisada com devidos acompanhamentos. Observamos, contudo, no nono documento do suplemento ao Acordo CEPA, esta matéria pode ser viável e o Governo também está plenamente disposto a colaborar e apoiar.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chan Chak Mo.

**Chan Chak Mo:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Em Outubro de 2018, o Fundo Monetário Internacional divulgou as previsões do crescimento económico global, que diminui para 3,7% entre 2018 e 2019, e devido ao aumento das incertezas na área económica e comercial a nível global, existe um risco de abrandamento da economia mundial. Será quase impossível resolver, num curto espaço de tempo, as disputas comerciais entre a China e os Estados Unidos, prevendo-se uma redução do crescimento económico da China e de alguns países asiáticos.

Quanto a Macau, o crescimento económico é essencialmente impulsionado pelo jogo e turismo, por enquanto não está a ser directamente afectada pelas disputas comerciais ao nível internacional, mas como os principais mercados de visitantes são a província de Guangdong e Hong Kong, que ocupam um peso importante no sector manufactureiro e no comércio e trânsito de mercadorias, se as disputas comerciais entre a China e os Estados Unidos se mantiverem, haverá obviamente consequências inevitáveis para os sectores do jogo e turismo de Macau.

Sr. Chefe do Executivo, face à conjuntura financeira global complicada e sempre em mudança, de que planos dispõe o Governo para aumentar a competitividade global do jogo e do turismo e para alargar o mercado de visitantes estrangeiros e do Interior da China?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Tomámos conhecimento do relatório de perspectivas da economia mundial publicado pelo Fundo Monetário Internacional em Outubro de 2018, no qual se observa uma revisão em baixa das previsões de crescimento económico global. O relatório destaca igualmente que as tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, difíceis de resolver a curto prazo, terão um impacto significativo nas perspectivas económicas mundiais.

Relativamente à conjuntura económica do próximo ano, a orientação geral adoptada é procurar progredir de forma estável. Neste quadro, já estamos preparados e ajustamos o montante da previsão para a receita bruta dos jogos para 260 mil milhões de patacas. No que diz respeito aos mercados de origem de turistas, iremos avançar com acções concretas em várias frentes. Por um lado, iremos consolidar os mercados já estabelecidos, por outro lado, com a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, consideramos que Macau irá beneficiar de uma oportunidade estratégica de grande alcance, nomeadamente nos seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, no domínio da indústria de convenções e exposições, Macau tem registado um desenvolvimento bastante positivo nos últimos tempos. Temos recebido repetidas sugestões por parte dos operadores do sector que esperam que o Governo possa, no futuro, construir instalações dedicadas a convenções e exposições, destinadas ao uso das empresas locais, com o objectivo de reduzir os custos operacionais e reforçar a competitividade do sector. No caso específico da promoção de eventos, pretendemos aproveitar plenamente as vantagens do Aeroporto Internacional de Hong Kong. E com a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, os acessos entre Macau e o aeroporto irão tornar-se significativamente mais rápidos e convenientes.

Em segundo lugar, consideramos que a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau constitui uma obra de engenharia de classe mundial, representando um feito pioneiro que estabeleceu múltiplos recordes mundiais, possuindo um valor singular.

Em terceiro lugar, pretendemos aproveitar plenamente as vantagens da colaboração regional no âmbito da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, trabalhando em conjunto com as nove cidades do delta do Rio das Pérolas e a Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) para promover a iniciativa de “uma viagem, múltiplos destinos” e atrair um número crescente de visitantes a percorrerem as nove cidades e duas regiões.

De um modo geral, a orientação para o desenvolvimento económico no próximo ano mantém-se no princípio de “progredir com estabilidade”. Contudo, é necessário reconhecer com clareza que o mercado turístico de Macau é de dimensão limitada e que a sua estrutura de turistas é fortemente concentrada, sendo a maior parte do Interior da China, de Hong Kong e de Taiwan. Perante este contexto, temos que preparar as medidas necessárias para diversificar as origens dos visitantes, aproveitando plenamente as vantagens de “uma viagem, múltiplos destinos” com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, reforçando, deste modo, a promoção do turismo de Macau.

A longo prazo, o nosso objectivo é alargar significativamente o nosso mercado de turismo, atraindo turistas internacionais. A realização de convenções e exposições constitui igualmente uma das áreas prioritárias do nosso esforço para diversificar a origem dos visitantes. Estes eventos não dependem exclusivamente de fins de semana ou feriados públicos, realizando-se maioritariamente em dias úteis permite equilibrar a procura no mercado turístico.

Através dos aspectos referidos, temos grande confiança em conseguir manter estável a origem dos visitantes no próximo ano. No que respeita aos factores referidos há pouco pela Deputada Chan, não só concordamos plenamente como também consideramos que existem condições reais e viabilidade para a sua concretização.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Fong Ka Chio.

**Fong Ka Chio:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Caros colegas,

Boa tarde. Estão à vista de todos os resultados dos esforços conjuntos do Governo e do sector do turismo ao longo dos anos, no que respeita ao aumento da competitividade regional do sector em questão, sendo os resultados bem visíveis. Os diversos eventos e festivais anuais (Festival de Gastronomia, Festival Fringe, Grande Prémio, competições desportivas internacionais), as instalações turísticas (complexos hoteleiros de concepção mundial, zona industrial de actividades culturais e criativas, grandes centros comerciais), os espectáculos e as actividades de recreio (concertos de cantores asiáticos, espectáculos temáticos) estão cada vez mais enriquecidos e produzem gradualmente o efeito de escala.

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, nos últimos 10 anos (2008-2017) foram recebidos 280 milhões de visitantes, e a marca turística de Macau foi alvo de atenção e reconhecimento internacional. Aquando da integração, em 2005, na Lista do Património Mundial, Macau conseguiu, em Novembro de 2017, a designação de cidade membro da Rede das Cidades Criativas da UNESCO em gastronomia.

Quanto ao planeamento conduzido a partir do topo, o Governo acabou de elaborar o Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau e, para fazer a articulação com o posicionamento de Macau definido pelo Estado, como centro de turismo e de lazer a nível mundial, V. Ex.<sup>a</sup> presidiu à Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer. Pode afirmar-se que Macau avança de forma ordenada e estratégica na concretização do seu papel como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Em 15 de Agosto deste ano foi convocada a 1.<sup>a</sup> reunião do Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía e, em 23 de Outubro, foi inaugurada a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Pelo exposto, V. Ex.<sup>a</sup> irá aproveitar das grandes oportunidades do desenvolvimento da Grande Baía e da abertura da nova ponte para acelerar o impulsionamento da transformação de Macau num centro de turismo e lazer mundial?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Sr. Deputado Fong Ka Chio.

Creio que todos estamos cientes de que a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, conjugada com a iminente publicação das Linhas Gerais do

Planeamento, representa para Macau uma oportunidade estratégica de grande envergadura, bem como um conjunto de desafios, num momento crucial para a sua integração na estratégia de desenvolvimento nacional.

No posicionamento de Macau em um centro de turismo e lazer mundial, teremos também que concretizar os objectivos definidos no Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, para promover o sector do turismo.

Relativamente à cooperação, desde a década de 90, Guangdong, Hong Kong e Macau já promoviam em conjunto o turismo. Com a criação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, que inclui nove cidades e duas regiões, considero que o sector turístico detém um potencial de desenvolvimento significativo, oferecendo ainda a oportunidade de complementar as forças de cada região e colmatar as nossas limitações.

Dado o reduzido tamanho territorial de Macau e à concentração da sua estrutura económica, o tempo médio de estadia dos visitantes ronda os 1,5 dias e recebemos anualmente mais de 30 milhões de turistas. Por esse motivo, as entidades competentes da área de turismo em Macau já estabeleceram contactos e colaborações com as nove cidades da Grande Baía e com a RAEHK, com o objectivo de potenciar plenamente o modelo de “uma viagem, múltiplos destinos”. Pretende-se promover de forma conjunta os diversos atractivos turísticos e culturais que cada região possui. Esperamos atrair visitantes, em particular provenientes de mercados emergentes e de média e longa distância, cuja viagem longa justifica uma experiência alargada. Pretende-se que os turistas possam desfrutar da riqueza cultural e da oferta turística diversificada de várias cidades e regiões, complementando-nos mutuamente e alcançando uma cooperação regional verdadeiramente benéfica para todos.

No decurso de negociação, obtivemos respostas positivas. Partindo da base sólida de cooperação já existente entre Guangdong, Hong Kong e Macau no domínio da promoção turística, acredito que esta colaboração está prestes a atingir um novo nível de intensidade e eficácia. As nove cidades da Grande Baía e a RAEHK dispõem de recursos turísticos e culturais de elevada qualidade e grande diversidade. A sua promoção articulada e conjunta permitirá gerar sinergias significativas. Com efeito, há já vários anos que existe um consenso claro sobre o objectivo estratégico de transformar a região numa aglomeração urbana de turismo de classe mundial. Hoje, encontramos nos num momento oportuno para avançar com determinação a este objectivo.

Acredito que, com a publicação das Linhas Gerais do Planeamento, avançaremos para uma fase mais aprofundada de colaboração, assinando uma série de acordos que permitirão promover de forma integrada o turismo regional, e esperamos que possa ser bem desenvolvida com a concepção de “uma viagem, múltiplos destinos”. Após uma viagem aérea de longo curso, os visitantes poderão utilizar as acessibilidades terrestres para percorrer as nove cidades e as duas Regiões Administrativas Especiais, desfrutando plenamente da diversidade turística da região, e creio que seja uma nova abordagem inovadora na promoção turística.

No que respeita à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, considero que devemos analisá-la a partir de três dimensões. Em primeiro lugar, a própria estrutura possui um elevado valor atractivo, sendo uma obra de engenharia de classe mundial, cuja concepção impressionante e feito construtivo notável. Em segundo lugar, a ponte reduziu significativamente as distâncias físicas e temporais entre as cidades da Grande Baía, promovendo uma maior integração regional. Para Macau, quanto a médio e longo prazo, os benefícios poderão ser particularmente evidentes, e quanto a curto prazo, por ser três semanas, ainda carece de uma análise. Acreditamos que, no futuro, será possível desenvolver uma série de produtos turísticos atractivos, direccionados a visitantes de diferentes países e regiões.

Em terceiro lugar, é a questão da articulação inter-regional. Consideramos que o Aeroporto Internacional de Hong Kong possui um potencial significativo para impulsionar o turismo de Macau. Trata-se de uma das maiores plataformas aéreas do mundo, e se não estou em erro, ocupa o terceiro lugar mundial em termos de tráfego de passageiros e o primeiro lugar em carga aérea. Se conseguirmos aproveitar plenamente este aeroporto, poderá ter um impacto muito positivo na atracção de turistas provenientes de locais mais distantes de Macau, bem como no desenvolvimento da área de convenções e exposições Macau. Por isso, é nossa expectativa reforçar a cooperação com Hong Kong neste domínio, em particular no que respeita à ligação e integração dos serviços de transporte, bem como à qualidade e coordenação dos serviços prestados aos visitantes após a sua chegada a Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** O Governo Central aprovou a realização de novos aterros pelo Governo da RAEM, para responder às necessidades habitacionais dos residentes de Macau. É evidente que, na zona de novos aterros, devemos definir uma parte como uma reserva destinada à habitação pública, e para além desta reserva, os restantes terrenos destinados a desenvolvimento residencial também devem ser regulados por um quadro jurídico adequado, para responder às necessidades dos residentes de Macau.

Após sucessivos debates públicos e ampla discussão social, acredito que o Chefe do Executivo tem plena consciência de que a política de “terra de Macau destinada a residentes de Macau” não compromete, de forma alguma, os terrenos destinados à habitação pública. Pelo contrário, os terrenos residenciais situados para além da reserva para habitação pública, incluindo, eventualmente, unidades que, no futuro, venham a transitar legalmente do mercado público para o mercado privado, devem estar integrados num mecanismo estruturado e de longo prazo para garantir aos residentes de Macau no acesso à habitação própria.

Relativamente ao projecto de lei sobre “terra de Macau destinada a residentes de Macau nos novos aterros”, por envolver claramente nas políticas do governo, a sua iniciativa legislativa está sujeita, nos termos das disposições pertinentes da Lei Básica da RAEM, à prévia aprovação escrita do Sr. On. Após a apresentação do projecto, o Chefe do Executivo

remeteu uma resposta oficial, na qual sublinha que qualquer iniciativa legislativa nesta matéria deverá, previamente, ouvir amplamente os diversos sectores da sociedade, procurar alcançar um amplo consenso social, e submeter ao Conselho do Planeamento Urbanístico para discussão e recolha de opiniões.

Neste contexto, gostaria de saber, considera o Governo que tem a responsabilidade de, em relação a propostas de política pública de grande relevância, tal como o caso de “terra de Macau destinada a residentes de Macau nos novos aterros”, proceder proactivamente à consulta da opinião pública e procurar alcançar um amplo consenso social antes de tomar decisões?

Se o Governo entende que este projecto deve, de facto, ser submetido à apreciação do Conselho do Planeamento Urbanístico, então, com franqueza, o Chefe do Executivo detém a competência legal para encaminhar proactivamente esse assunto ao referido conselho para estudo e análise, nesse sentido, não seria oportuno envidar esforços na realização de consultas públicas e no desenvolvimento de estudos prévios aprofundados? Paralelamente, antes da conclusão desses trabalhos, deverá ser estritamente evitada qualquer atribuição prematura de terrenos, preservando a integridade do quadro jurídico.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Em resposta às solicitações da sociedade, o Governo da RAEM já havia iniciado, há alguns anos, estudos sobre a iniciativa “Macau governada por patriotas”. Em 2013, foram tornados públicos os resultados de um estudo especializado desenvolvido por uma equipa de investigação conjunta da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau. Na altura, as opiniões da comunidade foram divergentes e expressaram-se posições contrastantes sobre a proposta, considerando que se deve proceder a uma avaliação cuidados dos seus benefícios e riscos. Com a recuperação de terrenos desocupados e a concretização de novos aterros, é efectivo que os recursos de solos da RAEM registaram um aumento significativo, havendo, portanto, condições tal como foi referido pelo Deputado Ng, que permitem estudar esta matéria. Contudo, independentemente das circunstâncias, a própria ideia orientadora e o enquadramento conceptual por trás da política de “Macau governada por patriotas” estão em plena conformidade com os princípios e o espírito da Lei Básica.

Neste sentido, o Governo da RAEM compromete-se a avançar, no quadro dos princípios estabelecidos na Lei Básica, com um estudo aprofundado sobre a iniciativa “Macau governada por patriotas”, a ser conduzido pela Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, auscultando amplamente as opiniões da sociedade. Tal como foi referido pelo Deputado Ng, a construção de consenso social tem como fim último salvaguardar de forma mais efectiva os interesses dos residentes locais e é precisamente esta a mensagem central que pretendo transmitir hoje nesta assembleia. Em primeiro lugar, o Governo da RAEM irá avançar com um estudo aprofundado sobre essa iniciativa, a ser conduzida pela Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional.

Em segundo lugar, iremos também auscultar as opiniões da sociedade, por isso, será realizada uma sondagem pública abrangente, com o objectivo de recolher as opiniões e expectativas da população em geral sobre esta matéria.

Contudo, queria reafirmar com toda a clareza, até ao momento, não foi efectuado qualquer acto de concessão de terrenos na zona de novos aterros. Neste sentido, respondo ao Deputado Ng: sim, iremos realizar uma sondagem pública e conduzir um estudo sobre a matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

A questão habitacional tem sido, desde sempre, um desafio enfrentado pelos residentes de Macau. A situação afecta não apenas quem não possui habitação própria, mas também quem já adquiriu um imóvel, nomeadamente aqueles que moram em edifícios com dezenas de anos de idade, degradados, mal conservados e sem elevadores, o que impõe dificuldades graves, especialmente a idosos com mobilidade reduzida. Na altura, os cidadãos adquiriram as suas casas com muito esforço e sacrifício e, hoje, apesar das más condições estruturais e de habitabilidade, são excluídos do acesso à habitação pública e a sua única esperança reside na renovação urbana das zonas antigas. Contudo, após 15 anos de espera, os projectos continuam sem data certa para avançar.

Quanto aos cidadãos sem habitação própria, a sua situação é ainda mais preocupante, mesmo com rendimentos razoáveis, a possibilidade de adquirir uma casa no mercado privado é, para a maioria, quase um mito. A única esperança reside, portanto, na habitação económica ou na habitação social. Apesar de existirem mais de mil fracções de habitação social actualmente desocupadas, os pedidos submetidos no final do ano passado ainda não foram totalmente analisados. Até à data, os candidatos desconhecem quando poderão efectivamente possuir uma moradia.

Relativamente aos cidadãos que estão à espera pela habitação económica, a sua situação é ainda pior. Embora o Governo tenha anunciado a abertura de uma nova ronda de pedido de habitação económica no próximo ano, na realidade existem 6500 fracções de habitação económica na Avenida Wai Long e 7000 fracções na primeira fase da Zona A de Novos Aterros, mas são apenas disponibilizadas 4000 fracções ao público, e quanto ao resto de fracções de habitação económica não disponibilizadas, constitui um acto difícil de compreender.

No que respeita à questão habitacional, V. Ex.<sup>a</sup>, enquanto Chefe do Executivo da RAEM, que detém uma responsabilidade de grande alcance, como pode garantir o efectivo lançamento da renovação urbana das zonas antigas, de modo a que os cidadãos que vivem há décadas em edifícios degradados, possam finalmente ver melhoradas as suas condições de habitação? Como tenciona o Governo acelerar o processo de análise dos pedidos de habitação social, de forma a que as famílias que preenchem os requisitos possam possuir uma moradia no mais curto espaço de tempo possível, evitando assim a situação paradoxal em que pessoas esperam por casas enquanto existem fracções desocupadas.

V. Ex.<sup>a</sup>, com apenas treze meses remanescentes do seu mandato, surge uma questão de grande relevância pública: durante a campanha para a reeleição, V. Ex.<sup>a</sup> assumiu o compromisso claro de concretizar a construção de 28.000 fracções de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros. Contudo, até à presente data, apenas alguns milhares dessas fracções foram efectivamente lançados em obra. Desta forma, como é que o Governo consegue assegurar que nas 28.000 fracções de habitação pública tenha fracções suficientes de habitação económica para responder às necessidades da sociedade?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Au Kam San.

O Governo da RAEM reconhece plenamente a importância das necessidades habitacionais básicas dos cidadãos, tendo envidado esforços na habitação económica, social e privada, através de políticas habitacionais, para que cada família possua uma casa, resolvendo questões habitacionais.

No domínio da renovação urbana, e em resposta às solicitações da sociedade para a melhoria das condições ambientais e comunitárias, o Governo tem avançado com uma orientação política clara neste domínio, partindo do princípio de equilibrar o interesse público com os direitos de propriedade privada, o objectivo é promover, de forma mais flexível e eficaz, uma renovação urbana ordenada e sustentável, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos. No processo de promoção da renovação urbana, o Governo adoptará a abordagem de “começar pelo mais simples, para depois avançar para o mais complexo”, dando prioridade na elaboração de regulamentação devida, que servirá de base para os futuros projectos de renovação urbana.

Já foi concluída a elaboração do regulamento administrativo relativo à criação da Macau Renovação Urbana, S.A., bem como o respectivo estatuto, encontrando-se actualmente em fase de tramitação legislativa. Paralelamente, já foi concluída a consulta pública sobre a proposta de lei do “Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana”, tendo esta proposta de lei entrado no processo legislativo. Além disso, a Assembleia Legislativa está neste momento na fase de exame na especialidade a proposta de lei do “Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de

edifícios”.

No que diz respeito ao processo de atribuição de habitação social, em 2017, foram recebidos um total de 9.621 pedidos de habitação social. Até 2 de Março de 2018, 7.894 candidaturas tinham sido integralmente instruídas com a documentação exigida, enquanto 1.727 permaneciam incompletas, por falta de entrega de elementos obrigatórios. Actualmente, encontra-se em curso o trabalho de análise e verificação dos pedidos, prevendo-se que sejam divulgadas, até ao final do presente ano, a lista provisória de atribuição e a lista de exclusões, e que seja publicada a lista definitiva, no primeiro semestre do próximo ano, para que os agregados familiares que preencham os requisitos possam possuir, segundo a ordem, as fracções de habitação social.

No que respeita à habitação pública na Zona A dos Novos Aterros, foram até ao momento concluídos 25 projectos de plantas de condições urbanísticas, os quais já foram apresentados aos membros do Conselho do Planeamento Urbanístico. A primeira fase da Zona A dos Novos Aterros abrange um total de sete lotes para habitação pública, bem como um lote reservado para instalações públicas, tendo já iniciado ordenadamente os trabalhos de concepção e de concurso público destes projectos. Desses lotes, quatro destinados a habitação pública e um para instalações serão objecto de projecto de concepção em 2019. Os restantes três lotes para habitação pública terão início, no mesmo ano, o processo de concurso para a contratação de serviços de consultoria de projecto.

Relativamente à habitação económica, o Governo da RAEM envidará esforços na oferta de habitação pública, com base na política “tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário”, após a construção de 19.000 fracções de habitação pública. Na Zona A dos Novos Aterros, serão construídas no total 28.000 fracções, sendo a primeira fase, que abrange sete lotes, destinada à construção de aproximadamente 7.000 fracções habitacionais. Na Avenida Wai Long, será construída 6.500 fracções e a construção da primeira fase terá início no próximo ano. Na Avenida dos Jogos da Ásia Oriental, a oeste de Taipa, com uma oferta estimada de cerca de 2.000 fracções, encontra-se actualmente na fase de preparação preliminar, incluindo os trabalhos de tratamento do terreno e planeamento urbanístico. O projecto a ser implantado no terreno da antiga Central Térmica, destinado a cerca de 1.500 fracções habitacionais, já iniciou as obras de fundação por estacas. Além disso, está previsto que, em 2019, seja reaberto o pedido de habitação económica.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Pang Chuan.

**Pang Chuan:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos anos, o ensino superior de Macau registou um desenvolvimento significativo, na qualidade académica, inovação tecnológica e influência cultural, resultados que estão à vista de todos e são reconhecidos pela sociedade, pelo sector e pelo país. Durante vários anos consecutivos, as instituições de ensino superior de Macau têm subido nos rankings das universidades nacionais e internacionais de *Times*, *QS* e *ARWU*.

Com o aumento da capacidade em geral, cada vez mais instituições de Macau participam no desenvolvimento estratégico do país e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. A criação em Macau de vários laboratórios prioritários nacionais demonstra a capacidade de participação em estudos científicos importantes do País por parte dessas instituições do ensino superior. Em 15 de Junho, o Presidente Xi Jinping, na sua resposta à Universidade de Macau e à Universidade da Ciência e Tecnologia de Macau, encorajou-as a trabalhar para conseguirem mais resultados na inovação, ciência e tecnologia, demonstrando pleno reconhecimento e altas expectativas.

Neste sentido, gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, que medidas concretas prevê o Governo adoptar no futuro para reforçar o apoio às instituições de ensino superior de Macau, no sentido de aumentar a qualidade do ensino e promover o avanço da investigação científica e tecnológica, aproveitando as vantagens únicas de Macau, para contribuir de forma efectiva para a estratégia nacional de desenvolvimento tecnológico?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Pang Chuan.

Relativamente aos laboratórios de referência do Estado, a Universidade de Macau e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau já contam com quatro laboratórios. O Governo da RAEM envidará esforços para consolidar o reconhecimento e o apoio por parte do Estado desses laboratórios, ao mesmo tempo que, a nível local, reforçará o apoio estratégico através de políticas adequadas e da afectação prioritária de recursos.

Considero que, para aumentar ainda mais os níveis de ensino e investigação nas instituições de ensino superior de Macau, devemos concentrar-nos em duas vertentes estratégicas. A primeira diz respeito à necessidade de atrair um número significativo de quadros qualificados de excelência internacional na área do ensino e da investigação científica para leccionar em Macau, com o objectivo de aumentar o desempenho académico dos estudantes locais e daqueles que escolhem estudar em Macau. É amplamente reconhecido que, no ensino superior, a qualidade do corpo docente é um factor determinante, tendo professores e investigadores de alto nível pode aumentar a qualidade da instituição. Por isso, espero que, através de políticas adequadas e afectação prioritária de recursos do Governo da RAEM, possa promover a vinda de académicos e professores de renome internacional, para desenvolver o ensino e a investigação em Macau.

Em segundo lugar, também espero que os quadros qualificados formados em Macau, possam beneficiar de condições adequadas de apoio e fornecer o seu contributo de forma contínua. Ao longo das últimas duas décadas, Macau tem vindo a desenvolver a investigação no domínio científico e tecnológico, creio que temos uma base sólida. É precisamente por termos já atingido este patamar que, neste momento crítico de transformação e ascensão, devemos agir com determinação. Neste sentido, considero que devemos envidar esforços na promoção de vinda de especialistas, académicos e professores de renome internacional para leccionar e desenvolver investigação em Macau, reforçando ainda mais o nível de Macau nesta área.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Lao Chi Ngai.

**Lao Chi Ngai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos nove anos, no 3.º e 4.º mandato do Governo da RAEM, liderados por V. Ex.<sup>a</sup>, empenharam-se em desenvolver a economia e em melhorar a vida da população, tendo feito um grande volume de trabalho. Convém frisar que, após o estabelecimento do regime jurídico da reserva financeira em 2011, o valor desta tem vindo a aumentar, como há pouco muitos deputados já mencionaram e o saldo excede mais de 500 mil milhões de patacas, tendo acumulado reservas orçamentais significativas para o Governo da RAEM. Estas não só garantem o financiamento estável das políticas de bem-estar social e melhoria das condições de vida da população, como também assentam as bases sólidas para a plena e duradoura implementação do princípio «Um País, Dois Sistemas» e para a estabilidade e prosperidade a longo prazo de Macau.

No 4.º mandato do Governo liderado por V. Ex.<sup>a</sup>, conduziu com sucesso Macau para além do período de ajustamento económico profundo e foi definido o primeiro plano quinquenal. Face aos desafios de prevenção e mitigação de desastres, foi criado um sistema integrado de gestão de emergências. Paralelamente, Macau tem-se integrado activamente na estratégia de desenvolvimento nacional. Os resultados destas iniciativas são evidentes e amplamente reconhecidos pela comunidade. Macau foi inclusive elogiado pelos líderes nacionais como uma “terra fértil” para a prática bem sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Após o começo dos atritos comerciais entre a China e os EUA, o mercado financeiro global sofreu ajustamentos significativos e, entretanto, as moedas de vários países sofreram significativas desvalorizações. O desempenho dos principais fundos de investimento caiu acentuadamente e até sofreu perdas. Aproximadamente 20% das reservas financeiras da RAEM são alocados em acções. Muitos estão preocupados quanto ao potencial impacto das

condições actuais. Gostaríamos de saber se as reservas financeiras da RAEM serão afectadas, neste ano, em termos de rentabilidade, e em que nível se prevê que tal impacto ocorra?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo. Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Lao Chi Ngai.

Creio que, de facto, muitos dos residentes de Macau manifestam preocupação, e também recebemos muitas opiniões, todas efectivamente voltadas para a preocupação quanto ao impacto da disputa comercial entre a China e os Estados Unidos sobre a economia mundial, especialmente sobre os efeitos que tal situação gera no nosso sistema microeconómico de Macau.

O Governo continua a monitorizar e a avaliar o impacto potencial das incertezas do mercado sobre os investimentos das reservas financeiras, elaborando medidas de resposta correspondentes. Incluindo, desde Maio, adoptar uma posição defensiva, ajustando moderadamente a proporção do investimento em acções, reduzindo-a de cerca de 20% no início do ano para 17%, concentrando os investimentos em obrigações com elevada classificação de crédito, prolongando os prazos dos depósitos e fixando níveis de juros mais elevados; simultaneamente, em resposta ao aumento do risco cambial, tem aumentado de forma ordenada a cobertura do risco cambial dos activos em moeda estrangeira das reservas financeiras, reforçando a gestão do risco cambial.

Em síntese, o rendimento das reservas financeiras nos primeiros três trimestres, prevê-se preliminarmente que será positivo, e temos a expectativa de alcançar um crescimento positivo ao longo do ano inteiro. O Governo continuará a acompanhar atentamente a evolução mais recente do mercado, prosseguindo o aperfeiçoamento da eficiência da gestão das finanças públicas, a optimização das reservas financeiras e a transparência relativamente às despesas públicas e questões fiscais.

Verificamos igualmente que, quando a economia mundial afecta Macau, haverá várias vertentes de resposta. A primeira é a que acabei de referir, estamos a monitorizar de forma contínua, adoptando uma posição mais defensiva, com o objectivo de garantir estabilidade. A segunda é que consideramos ser adequado aumentar moderadamente o investimento público nesta região, dado que temos muitos projectos de investimento público previstos para o futuro. A terceira vertente diz respeito à “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, acredito que, após a publicação das Linhas Gerais do Planeamento, e tal como vários deputados questionaram hoje, também iremos aumentar esse investimento. Contudo, por termos iniciado um desenvolvimento positivo com Guangdong, esperamos que as condições sejam mais favoráveis, e que, num contexto de defesa, estabilidade e baixo risco, seja possível preservar adequadamente o regime das reservas financeiras. Mas é com satisfação que constatamos que, nos três primeiros trimestres, foram obtidos lucros, e continuamos a esforçar-nos para que, este ano, se registre um crescimento positivo.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chan Wa Keong.

**Chan Wa Keong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

A Lei é a base do Estado de Direito. Após o retorno à Pátria, o sistema jurídico de Macau passou do sistema jurídico português para um sistema jurídico da RAEM assente na Constituição e na Lei Básica, com características chinesas.

Os regimes jurídicos da RAEM têm acompanhado a evolução dos tempos, com vista à adaptação às mudanças da base constitucional e à necessidade do desenvolvimento social. As leis têm a ver com as garantias de vida da população, tais como a “Lei da habitação económica”, a “lei de garantias dos direitos e interesses dos idosos”, etc., e também com o exercício e a fiscalização do poder público do Governo, por exemplo, a “Lei de enquadramento orçamental”, a “Lei da reserva financeira”, etc.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM desenvolveu inúmeros trabalhos frutuosos ao nível legislativo, reforçando a coordenação legislativa e acelerando os processos legislativos. Mais, realizou também uma significativa quantidade de trabalho na recensão e adaptação da legislação. Trata-se de um contributo importante para a perfeição do sistema jurídico da RAEM e criação de uma base legal para o desenvolvimento sustentável das diversas vertentes, tais como a economia, sociedade, cultura, etc.

Gostaria de perguntar aqui ao Sr. Chefe do Executivo quais são as experiências constantes e eficazes do Governo no domínio dos trabalhos legislativos, e quais os desafios e problemas que carecem de atenção e resolução, para que seja partilhada connosco?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Sr. Deputado Chan Wa Keong.

O Governo da RAEM atribui grande importância ao resumo da experiência prática acumulada ao longo destes dezanove anos de trabalho legislativo, incluindo a manutenção de uma estreita comunicação e coordenação com a Assembleia Legislativa, e o empenho em ouvir as opiniões dos deputados sobre as propostas do Governo.

O Governo, com o objectivo de melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho de

redacção legislativa, procede através de um mecanismo centralizado e unificado de coordenação legislativa, clarificando os procedimentos de trabalho dos projectos legislativos e exercendo uma função orientadora na tomada de decisões coordenadas no decurso do processo legislativo. Também, de acordo com a prioridade e urgência das matérias, dá prioridade aos assuntos de bem-estar social, tomando como foco a concretização do plano legislativo e dos projectos previstos na programação legislativa, promovendo a implementação ordenada das diversas tarefas legislativas. Além disso, intensifica o trabalho prévio de fundamentação das propostas legislativas e estabelece a calendarização detalhada dos projectos com vista a aumentar a eficiência, e ouve amplamente as opiniões apresentadas pelos diversos sectores da sociedade, com o fim de aperfeiçoar o carácter científico e a rigorosidade do processo legislativo.

Perante um ambiente social em constante mudança e as necessidades de desenvolvimento, o trabalho legislativo do Governo enfrenta igualmente desafios; é necessário enfrentar seriamente a complexidade e especificidade, em graus diversos, dos projectos legislativos, bem como a necessidade de participação pública. Porque é indispensável adaptar-se ao desenvolvimento da sociedade e da época, a participação pública no trabalho legislativo é muito importante. Por isso, através de sessões de discussão e sessões de esclarecimento, em diversos meios, reforça-se a divulgação de informação sobre a actividade legislativa, com vista a aumentar a transparência do processo legislativo. Intensifica-se a comunicação com associações e entidades profissionais, ouvindo as opiniões especializadas, para avaliar de forma mais científica e precisa a exequibilidade dos projectos de lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Vice-presidente Chui Sai Cheong.

**Chui Sai Cheong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

A construção de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer” é o posicionamento do desenvolvimento de Macau, já consolidada como consenso social, e constitui a necessidade de aproveitar plenamente as vantagens de Macau para impulsionar a diversificação moderada da economia e promover o bem-estar da população. Nos últimos anos, os efeitos efectivos no posicionamento de Macau como “um centro” são evidentes para todos, mas ainda existe muito espaço para desenvolvimento, sendo necessário envidar maiores esforços, especialmente quanto à falta de parques temáticos compostos por lazer com base nas características culturais locais, em marcas tradicionais e adequados a todas as idades.

Contudo, o Grande Prémio de Macau, já consolidado como uma marca internacional, possui precisamente esta característica cultural e desportiva de Macau. Na verdade, poderíamos desenvolver, num dos cinco lotes de aterro, um parque temático relacionado com

as corridas, no qual seria incluído um circuito internacional de pequenas dimensões, construído ao ar livre, um circuito de karting para crianças, um museu automobilístico no interior, um espaço de jogos de realidade virtual de simulação de corridas, bem como restaurantes e lojas de retalho com tema automobilístico.

A construção deste tipo de parques temáticos permite, simultaneamente, preservar e transmitir a cultura local com características próprias, oferecer novos espaços de actividade para os residentes e turistas, bem como criar novas oportunidades para o desenvolvimento de sectores como o hoteleiro e as convenções e exposições. Dado que a construção em questão envolve o planeamento urbano global de Macau, a orientação na escolha do tema e os benefícios de longo prazo da utilização das instalações, é mais adequado que seja o Governo a liderar o planeamento e o projecto, bem como a realizar o investimento directo. Gostaria de perguntar ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, se foi considerada a criação de um parque temático segundo o modelo acima referido e se será efectuado um estudo analítico e integrado sobre esta matéria?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Sr. Vice presidente Chui Sai Cheong.

Os parques temáticos foram efectivamente apresentados nas linhas de acção governativa do ano passado e do presente ano. Na realidade, a questão centra-se essencialmente em três aspectos: o primeiro é que Macau carece, por si, de parques temáticos; o segundo é que, enquanto “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, consideramos que um parque temático constitui igualmente um produto turístico atractivo; o terceiro é que, no contexto da diversificação dos produtos turísticos, o parque temático é efectivamente uma das opções possíveis. Contudo, os parques temáticos podem ser bem-sucedidos ou não, temos de analisar diversos parques temáticos estabelecidos em diferentes países e regiões.

Consideramos igualmente que, embora no futuro da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” já existam diversos parques temáticos nas nove cidades e duas regiões, questiona-se se Macau necessita de estabelecer um parque temático, especialmente uma concepção a partir de projectos com carácter histórico próprios. Penso que tal merece ser estudado. Por conseguinte, a sugestão apresentada há pouco consideramos que é digna de análise, pois Macau continua a pretender aumentar a oferta de produtos turísticos capazes de atrair diferentes visitantes, o que também se insere no seu próprio desenvolvimento.

Motivo pelo qual, também temos mencionado nas linhas de acção governativa dos dois últimos anos, nomeadamente parques temáticos, hotéis com menor número de estrelas — a que chamamos hotéis económicos — e grandes centros comerciais, áreas que, na realidade, são relativamente necessárias em Macau e possuem o seu próprio mercado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Vong Hin Fai.

**Vong Hin Fai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Há dias, V. Ex.<sup>a</sup> liderou pessoalmente uma delegação em visita a Pequim para participar no evento “Participação das delegações de Hong Kong e Macau na celebração do 40.º Aniversário da Reforma e Abertura do País”. Durante a visita, foi recebida pelo Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, o qual reconheceu plenamente o papel desempenhado por Hong Kong e Macau no processo de reforma e abertura do País, e manifestou quatro esperanças quanto ao futuro desenvolvimento de Hong Kong e Macau, designadamente a integração, com empenho, na conjuntura de desenvolvimento do País, integração, com empenho, na estratégia geral de desenvolvimento nacional, a participação, de forma activa, na implementação da governação nacional, e nos esforços envidado na promoção do intercâmbio entre os povos a nível internacional.

Gostaria de perguntar à V. Ex.<sup>a</sup>, como a RAEM tenciona concretizar, no futuro, as quatro esperanças formuladas pelo Presidente Xi Jinping?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela questão colocada pelo Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Ao longo dos quarenta anos de reforma e abertura do País, foram alcançados feitos históricos que captaram a atenção do mundo inteiro, tendo Macau sido, simultaneamente, participante e beneficiário desse processo. A visita de estudo e intercâmbio ao Interior da China realizada pela delegação representativa de diversos sectores de Macau, durante a qual foi recebida pelo Presidente, constitui por si mesma uma expressão inequívoca do alto grau de importância atribuído pelo Governo Central a causa de “Um País, Dois Sistemas”, reflectindo a atenção e o apoio dirigidos a Macau, bem como o pleno reconhecimento da contribuição oferecida pelos compatriotas de Hong Kong e Macau no processo de reforma e abertura do País.

As quatro esperanças formuladas pelo Presidente Xi Jinping constituem uma nova orientação para o futuro desenvolvimento de Macau, estabelecendo exigências e definindo a direcção para que a RAEM se integre na estratégia geral de desenvolvimento nacional e concretize um progresso mais sólido. O Governo da RAEM compromete-se a compreender

plenamente e a delimitar com precisão a posição de Macau na nova fase da reforma e abertura do País, defendendo o princípio de explorar as vantagens próprias de Macau para a satisfação das necessidades do País. Neste quadro, o Governo da RAEM aproveitará as oportunidades e fará valer as suas vantagens únicas, adoptando a mentalidade de uma nova ronda de reforma e abertura, concentrando-se nos aspectos essenciais, promovendo o desenvolvimento e reforçando a sua força integrada, com o objectivo de concretizar as quatro esperanças do Presidente Xi Jinping no processo de integração de Macau na nova estratégia de desenvolvimento nacional.

Pretendemos envidar mais esforços no apoio à abertura integral do País. O Governo acelerará a construção do “Um Centro, Uma Plataforma”, continuando a mobilizar capitais, tecnologias e quadros qualificados para participarem na nova ronda de abertura de alto nível do País, integrando na estratégia geral de desenvolvimento nacional, participando activamente na construção da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, aproveitando as nossas vantagens próprias para promover a livre circulação dos diversos elementos na Grande Baía e impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Participaremos, com afinco, na governação do País, implementando plenamente a política de “Um País, Dois Sistemas”, divulgando e promovendo a “Constituição da República Popular da China” e a “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau”, defendendo a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do País, reforçando simultaneamente a capacidade de execução e a credibilidade, e envidando esforços contínuos para aumentar a capacidade de governação.

Iremos impulsionar activamente o intercâmbio cultural a nível internacional, aproveitando as vantagens de Macau enquanto “um local de cultura chinesa, em harmonia e convivência com outras culturas”, marcada pela convergência entre as culturas oriental e ocidental, reforçando o soft power cultural, desenvolvendo uma plataforma de intercâmbio e cooperação cultural entre o Ocidente e a China, e alargando as relações culturais internacionais. O princípio de “Um País, Dois Sistemas” constitui uma maior vantagem para Macau, bem como a reforma e a abertura do País oferecem um espaço ainda mais amplo para o desenvolvimento de Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo.

Srs. Deputados:

O Sr. Chefe do Executivo já respondeu às perguntas colocadas pelos 31 deputados. Neste momento, em nome da Assembleia Legislativa, agradeço mais uma vez ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, aos membros do Conselho Executivo e das restantes autoridades, pela presença na sessão de hoje. E, para recordar a todos os Srs. Deputados, a partir do dia 22 terão início as sessões de debate sobre as linhas de acção governativa em diversas áreas. Solicita-se a todos os Deputados que compareçam pontualmente.

Declaro encerrada a presente sessão.

**Intérpretes-Tradutores:** Gabinete de Tradução

**Redactores:** Divisão de Redacção e Publicações